

+2.33%  
30 Dec

*Análise Apex-Brasil*  
**CONJUNTURA & ESTRATÉGIA**

Janeiro - 2012

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA –  
A DIMENSÃO DO INVESTIMENTO DIRETO**

**ApexBrasil**

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO  
DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS



## SUMÁRIO EXECUTIVO

Na primeira década do século XXI, a China consolidou sua posição de potência econômica global, com capacidade de projetar sua influência nas mais distintas formas. Assim sendo, este Boletim avalia a presença chinesa como fonte de investimentos. Inicia-se com uma breve revisão da estratégia chinesa de desenvolvimento. A análise da teoria sobre Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e das políticas chinesas sugere que os incentivos governamentais e a própria dinâmica de expansão da sua economia fizeram com que os investimentos chineses no exterior experimentassem um *boom* a partir de 2005. Nesse contexto, a crise financeira global, iniciada em 2007 e potencializada a partir do final de 2008, não refreou esse processo. Pelo contrário, é possível sugerir que a crise tenha criado a oportunidade de aquisição de ativos depreciados. Assim, não se descarta a possibilidade de o movimento de expansão do IDE chinês ganhar ainda mais intensidade nos próximos anos.

A despeito das dificuldades metodológicas e divergências entre as fontes, é possível estimar que os fluxos acumulados de investimentos chineses no período 2005-2010 tenham excedido US\$ 200 bilhões e que o estoque atual de IDE chinês esteja na casa de US\$ 300 bilhões. Nota-se que o governo chinês tem delineado os rumos da internacionalização dos capitais nacionais, em linha com a estratégia de desenvolvimento do país. Assim, a busca de recursos naturais e de acesso a ativos estratégicos e mercados consumidores são os vetores principais do IDE chinês, aspecto coerente com a literatura sobre os determinantes do IDE.

Do ponto de vista regional, os investimentos chineses têm sido particularmente mais intensos em países e regiões periféricas e/ou ricas em recursos naturais, notadamente na África, na América Latina e no Oriente Médio. Setorialmente, as áreas de Energia e Mineração/Metalurgia/Siderurgia ganham destaque.

A presença de capitais chineses no Brasil se intensificou a partir de 2009. Estimativas não oficiais sugerem que aportaram e/ou estão por se realizar investimentos entre US\$ 12 e US\$ 17 bilhões. Essas operações se intensificaram no período pós-crise financeira global e se concentram, fortemente, nos setores intensivos em recursos naturais – petróleo e siderurgia, em linha com o padrão mais geral da internacionalização chinesa. Originam-se, predominantemente, de empresas



*Análise Apex-Brasil*  
**CONJUNTURA & ESTRATÉGIA**

estatais e se concretizam por meio da aquisição de participação acionária, normalmente de outras empresas transnacionais.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA CHINA	06
INVESTIMENTO DIRETO DA CHINA NO EXTERIOR: TEORIA E POLÍTICA	11
Determinantes do Investimento Direto: Aspectos Conceituais e Teóricos	11
A Política de Internacionalização Produtiva da China: “Going Global Strategy”	20
O PERFIL DO INVESTIMENTO DIRETO CHINÊS: TENDÊNCIAS GLOBAIS E A PRESENÇA DO CAPITAL CHINÊS NO BRASIL	23
O Investimento Direto Chinês em um Contexto Global	24
O Investimento Chinês no Exterior de acordo com Mofcom	30
O Perfil dos Investimentos Chineses no Exterior	33
O Brasil como Destino dos Investimentos Chineses	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A - Empresas chinesas com investimentos no exterior	56
APÊNDICE B – Agregados regionais	59

## INTRODUÇÃO

Na primeira década do século XXI, a China consolidou sua posição de potência econômica global, com capacidade de projetar sua influência nas mais distintas formas. Os relatórios semestrais do Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>1</sup> e de outros órgãos multilaterais e centros de pesquisa já vinham revelando que o crescimento chinês, junto com a expansão estadunidense, estava explicando mais da metade do ritmo de elevação da renda mundial no ciclo 2003-2008. A crise não reverteu esse quadro. Pelo contrário, o vigor da economia chinesa foi reafirmado no período pós-crise, com manutenção de um ritmo de crescimento anual entre 9% e 10%. Mesmo com a possibilidade, cada vez mais evidente, de moderação nesse ritmo (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2011a; UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2011c; WORLD BANK, 2011) e considerando as dificuldades das economias maduras, a China seguirá sua senda de recuperação de uma posição hierarquicamente superior na ordem internacional.<sup>2</sup>

Nesse contexto, este Boletim avalia a presença chinesa como fonte de investimentos. Inicia-se com uma breve revisão da estratégia chinesa de desenvolvimento. Segue-se uma análise teórica e política do movimento de internacionalização das empresas da China. Na seção seguinte, buscam-se evidências sobre a quantidade e o perfil do IDE originado na potência asiática. As considerações finais resgatam nossos argumentos e evidências.

---

1 Ver *World Economic Outlook Reports*, disponível em: <<http://www.imf.org/external/ns/cs.aspx?id=29>>. Da mesma forma, o Banco Mundial publica, periodicamente, o *China Quarterly Update*, disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/china/research/all?qterm=China%20Quarterly%20Update&os=0>>. A Unctad tem o seu *Trade and Development Report*, de periodicidade anual; e o BIS, o seu *Annual Report*; entre outras publicações.

2 Sobre a ascensão da China, ver, entre outros, Goldman Sachs (2007, 2010, 2011), Zheng Bijian (2006), Kang (2007), Naughton (2007), Kurlantzick (2007), National Intelligence Council (2005, 2008), Halper (2010), Nye Jr. (2010) Ikenberry (2011), Subramanian (2011), Babones (2011), Clark (2011), Acioly, Pinto e Cintra (2011).

## A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA CHINA

A República Popular da China (somente China de agora em diante) é um país continental, com uma área de 9,6 milhões de quilômetros quadrados<sup>3</sup> e que abriga a maior população do mundo. Desde o final dos anos 1970, o país vem experimentando um processo intenso de modernização de sua economia e de integração aos fluxos internacionais de comércio e investimentos, o que está gerando uma profunda transformação de sua própria realidade socioeconômica, bem como da ordem econômica e política internacional. Nos últimos anos, não obstante a crise financeira internacional, as resoluções do governo chinês para a reforma e a abertura permanecem inalteradas e em andamento (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2010).

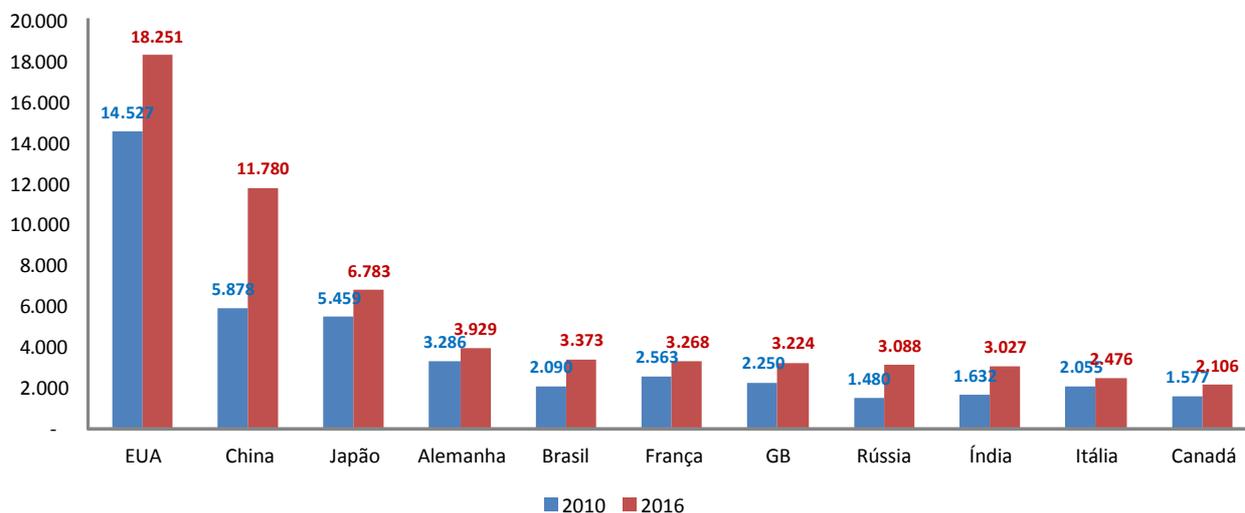
Com um crescimento médio de sua renda de 10% ao ano, entre 1979 e 2010, a economia chinesa tornou-se a segunda maior do mundo (Gráfico 1). Os dados mais recentes do FMI, que se referem ao ano de 2010, apontam que, com uma população de 1,3 bilhão de habitantes, o país tem renda *per capita* ainda relativamente modesta: 4,3 em dólares correntes, ocupando a 93ª posição no *ranking* do FMI de 179 países com dados disponíveis; ou de 7,5 *per capita*, em dólares internacionais (paridade poder de compra), o que significa a 94ª posição (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2011a). Para se colocar em perspectiva, em termos de valores correntes, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da China equivalia a 9,3% do PIB *per capita* dos Estados Unidos, ao passo que, em paridade poder de compra, tal proporção era de 15,9%. Na classificação do Banco Mundial, a China é considerada um país de renda médio-baixa (WORLD BANK, 2011d).<sup>4</sup> Nas estimativas da *Central Intelligence Agency* (CIA) (2010), a China era a terceira economia do mundo, com um PIB de 9,8 trilhões em dólares internacionais em paridade poder de compra. Nota-se que, em tal classificação, a União Europeia (UE) é a maior economia. Considerando-se apenas países, a China apareceria em segundo lugar. Porém, sua posição em termos de renda *per capita* seria muito inferior: 125ª

<sup>3</sup> Localizada no leste do continente asiático, a China é cercada pelo mar da China Oriental, a baía da Coreia, o mar Amarelo e o mar da China Meridional. O país tem fronteiras terrestres com 14 outras nações, quais sejam: Afeganistão (76 km), Butão (470 km), Burma (2.185 km), Índia (3.380 km), Cazaquistão (1.533 km), Coreia do Norte (1.416 km), Quirguistão (858 km), Laos (423 km), Mongólia (4.677 km), Nepal (1.236 km), Paquistão (523 km), Rússia (3.605 km ao nordeste e 40 km ao noroeste), Tadjiquistão (414 km) e Vietnã (1.281 km). A fronteira interna com Hong Kong é de 30 km e com Macau de 0,34 km. A ilha de Taiwan (Formosa ou Taipei) é considerada pelos chineses como parte integrante do seu território. Em termos de recursos naturais, o território chinês é rico em carvão, minério de ferro, petróleo, gás natural, mercúrio, tungstênio, antimônio, magnésio, molibdênio, vanádio, magnetita, alumínio, zinco, urânio, chumbo etc. (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2010).

<sup>4</sup> Em 2009, dado mais atualizado na base até o nosso último acesso, sua renda *per capita* era de US\$ 3.650. Países de renda médio-baixa possuem rendas entre US\$ 996 e US\$ 3.945.

(incluindo a UE) ou 124ª (sem a UE). Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),<sup>5</sup> a China apresenta um nível médio de desenvolvimento, aparecendo na 89ª posição entre os 169 países (INTERNATIONAL HUMAN DEVELOPMENT INDICATORS, 2011).

**Gráfico 1 - PIB de Economias Seleccionadas, 2010-2016 (US\$ bilhões em valores correntes)**



GB = Grã Bretanha

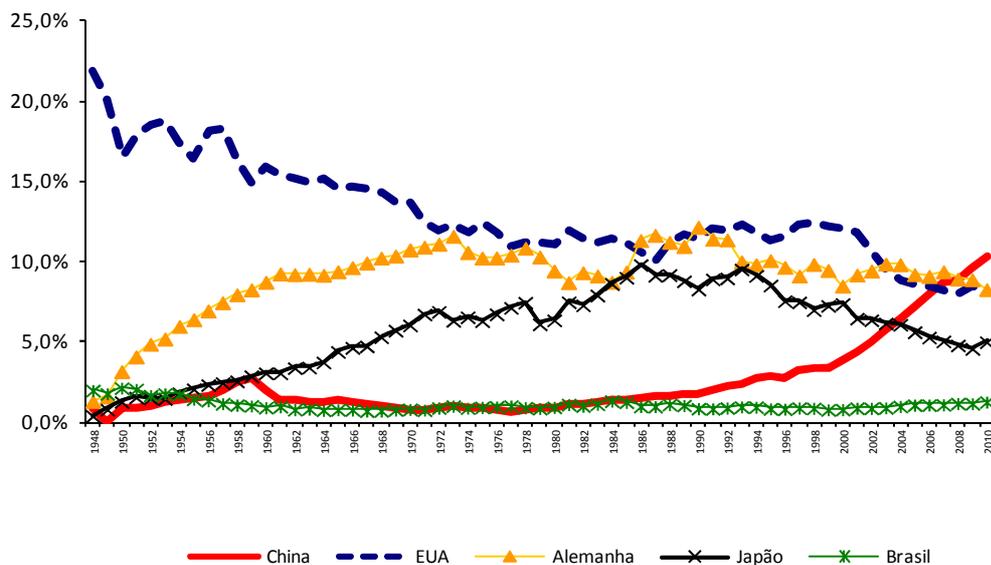
Fonte: IMF. World Economic Outlook Database, Setembro 2011.

Em 2010, a China consolidou a posição de líder global nas exportações de mercadorias, sendo a segunda maior importadora do mundo.<sup>6</sup> Entre 1980 e 2010, suas exportações cresceram, em média, 16% ao ano, ao passo que as exportações mundiais avançaram em 7% ao ano. Por conta disso, a participação chinesa no total mundial passou de pouco mais de 1% no começo dos anos 1980 – um patamar equivalente ao brasileiro – para mais de 10% em 2010 (Gráfico 2).

<sup>5</sup> Em 2010, seu IDH era de 0,663 e, em 1980, era de 0,368.

<sup>6</sup> Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), a China exportou US\$ 1,5 trilhão (10,4% do total mundial); os Estados Unidos exportaram US\$ 1,2 trilhão (8,4%); a Alemanha exportou US\$ 1,2 trilhão (8,3%); e o Japão exportou US\$ 770 bilhões (5,1%). Do ponto de vista das importações, esses países importaram, respectivamente, US\$ 1,3 trilhão (9,1% do total mundial), US\$ 1,9 trilhão (10,4%), US\$ 1,1 trilhão (6,9%) e US\$ 693 bilhões (4,5%).

Gráfico 2 - Participação nas Exportações Mundiais, 1948-2010



Fonte: World Trade Organization.

Além do comércio, o IDE também tem sido uma via para a modernização e internacionalização do país. Em um primeiro momento, a entrada de IDE garantiu acesso a novas tecnologias, práticas gerenciais e mercados externos. Em um segundo momento, com cada vez maior intensidade, a China se converteu em importante fonte de investimentos, conforme será destacado nas próximas seções.

Comparações internacionais sobre as condições de competitividade das economias sugerem que a China ainda não ocupa uma posição de destaque, a despeito dos importantes avanços recentes. O *The Global Competitiveness Report 2010–2011*, editado pelo World Economic Forum (2010), e o *Doing Business*, editado pelo World Bank (2011c), colocam a economia chinesa na 27ª posição de um total de 139 países analisados. Nesse mesmo *ranking*, a China seria a economia mais competitiva entre os Brics, cujas posições eram: Índia (51ª), África do Sul (54ª), Brasil (58ª) e Rússia (63ª). Por outro lado, vizinhos asiáticos apresentam uma situação de vantagem competitiva frente à economia chinesa, quais sejam: Japão (6ª), Hong Kong (11ª), Taiwan (13ª), Coreia do Sul (22ª) e Malásia (26ª). No *ranking* realizado para o ano de 2006, a China aparecia na 54ª posição em um total de 125 países. Estava, nesse momento, atrás de Índia (43ª) e África do Sul (45ª), mas à frente de Rússia (62ª) e Brasil (66ª).

No relatório *Doing Business 2011*, do Banco Mundial, a China aparece como a 79ª economia com melhor ambiente de negócios em um rol de 183 países analisados. Coreia do Sul (16ª), Tailândia

(19ª), Malásia (21ª), Taiwan (33ª) África do Sul (34ª), México (35ª) e Colômbia (39ª) são algumas economias emergentes com situação superior à chinesa, ao passo que Rússia (123ª) e Brasil (127ª) são destaques negativos (WORLD BANK, 2011b). Entre 2006 e 2011, a China avançou com relação a outras economias emergentes – México, Rússia, Índia e Brasil – na melhoria nas condições gerais de negócios.

Com a crise financeira iniciada nos Estados Unidos, a China experimentou uma moderação em seu ritmo de crescimento. Todavia, o forte estímulo fiscal e a expansão do crédito contribuíram para contrabalançar os efeitos depressivos da queda na demanda mundial por produtos chineses, garantindo um crescimento entre 9% e 10% depois de 2008, abaixo do desempenho médio de 12% ao ano no período 2003-2007. O 12º Plano Quinquenal (2011-2015) projeta um crescimento médio de 7% ao ano e uma mudança no modelo de expansão da economia chinesa, com maior ênfase no consumo doméstico e na reorganização da matriz energética (CASEY; KOLESKI, 2011; APCO, 2010).

Com a eclosão da crise financeira global, amplificada a partir do último trimestre de 2008, analistas internacionais reagiram, inicialmente, de forma pessimista com respeito às perspectivas da economia chinesa.<sup>7</sup> A hipótese de uma forte desaceleração ancorava-se na crença de que a China fundamenta sua estratégia de crescimento econômico nas exportações (*export-led growth*). Com efeito, uma queda na renda dos países desenvolvidos, principalmente das economias da Europa e dos Estados Unidos, levaria a uma desaceleração no ritmo chinês de crescimento econômico. Todavia, as fortes medidas contracíclicas sustentaram a economia. Ademais, mesmo antes da crise, e com mais intensidade após ela, a China vem procurando aprofundar sua inserção externa, diversificando seus mercados de destino e suas fontes de suprimento de matérias-primas estratégicas. Um dos vetores de sua recuperação, em 2008 e 2009, foi a criação de incentivos diversos ao setor exportador, usando, para tal, de todas as ferramentas de política econômica e de “diplomacia financeira”.<sup>8</sup> É razoável assumir a hipótese de que os *policymakers* chineses trabalham com cenários semelhantes aos sugeridos por analistas ocidentais influentes, e que apontam para um “novo normal”<sup>9</sup> na economia mundial pós-crise, onde os países emergentes terão uma importância crescente. Por consequência, em um ambiente de baixo crescimento das economias centrais, a estratégia de ampliação das vendas externas da China passa, também, pela busca do aumento na sua participação relativa nos mercados dos países da América Latina.

<sup>7</sup> Alguns analistas de economia internacional chegaram a cogitar taxas negativas para o crescimento econômico da China em 2009. Ver o *China Quarterly Update* (vários números), do World Bank.

<sup>8</sup> Este termo é empregado aqui no sentido sugerido por Steil e Litan (2006).

<sup>9</sup> Ver Gross (2009) e Spence (2009).

A despeito do fato de que o complexo exportador ser importante para a determinação da renda, emprego e investimentos, aparentemente aquela avaliação inicial dos analistas internacionais subestimou a capacidade de, uma vez mais, a China contra-arrestar as pressões recessivas desde fora com medidas contracíclicas. Estas foram empregadas com grande intensidade, tanto no estímulo creditício quanto na sustentação de investimentos e, com isso, na demanda agregada.<sup>10</sup> Outros países emergentes também adotaram medidas de estímulo às economias domésticas, e foram beneficiados pela continuidade do crescimento chinês, intensivo na importação de recursos naturais (Moran, 2010). Consolidou-se um cenário onde a periferia passou a liderar o crescimento global (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2011b; UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2011c).<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Ver os diversos números do *China Quarterly Update*, do Banco Mundial, disponíveis em:

[http://www.worldbank.org/en/country/china/research/all?qterm=China+Quarterly+Update&lang\\_exact=English](http://www.worldbank.org/en/country/china/research/all?qterm=China+Quarterly+Update&lang_exact=English). (Links ativos em outubro de 2011).

<sup>11</sup> "The last decade saw the BRICs make their mark on the global economic landscape. Over the past 10 years they have contributed over a third of world GDP growth and grown from one-sixth of the world economy to almost a quarter (in PPP terms). Looking forward to the coming decade, we expect this trend to continue and become even more pronounced." (GOLDMAN SACHS, 2010, p. 1).

## **INVESTIMENTO DIRETO DA CHINA NO EXTERIOR: TEORIA E POLÍTICA**

Esta seção inicia com uma revisão não exaustiva da literatura sobre os determinantes do IDE. Segue uma análise da política chinesa de apoio à internacionalização de suas empresas.

### **Determinantes do Investimento Direto: Aspectos Conceituais e Teóricos**

As primeiras teorias que abordam especificamente o investimento estrangeiro surgem apenas a partir dos anos 1960, partindo, em boa medida, da dificuldade de explicar a internacionalização da produção no contexto das teorias clássicas do comércio internacional. As principais teorias de IDE tinham como centro a percepção da existência de falhas de mercado que dariam maior poder às empresas multinacionais, determinando, assim, a sua competitividade diferenciada e a possibilidade de investir com sucesso em outros países. Essas teorias estavam assentadas, notadamente, na análise do comportamento das firmas multinacionais e na decisão de produção no exterior. Destacam-se aqui três autores seminais dessa literatura: Stephen Hymer, Raymond Vernon e John Dunning.

A tese de doutorado de Stephen Hymer, publicada em 1960, está na origem das teorias sobre o investimento estrangeiro e a internacionalização das empresas. Segundo Hymer, a teoria da operação internacional da empresa é uma parte da teoria da firma, devendo-se determinar a extensão da integração horizontal ou vertical da empresa e utilizar, basicamente, as mesmas ferramentas de análise utilizadas para analisar as operações domésticas. Haveria, porém, duas diferenças básicas nesse contexto, o fato de as operações serem internacionais e o fato de as firmas serem nacionais, o que implica diversos obstáculos a serem superados para o sucesso das operações.

Preocupado com as circunstâncias que levam uma empresa a operar em solo estrangeiro, Hymer define duas razões principais e uma auxiliar. Como razões principais, o autor aponta que pode ser lucrativo estabelecer operações em outros países para diminuir, ou remover, a competição, e que algumas firmas têm vantagens competitivas em áreas específicas, que podem ser lucrativamente exploradas com operações no estrangeiro. A razão auxiliar apontada por ele seria a diversificação das atividades da empresa (HYMER, 1960, p. 38).

Para Hymer, a internacionalização das empresas estaria determinada pela estrutura do mercado no qual elas atuam e por características da própria empresa. Cabe ressaltar, porém, a ideia de que a nacionalidade da empresa tem grande importância para a sua atuação internacional, não apenas por determinar o tipo de vantagens que esta tem em relação às empresas de outros países,

mas também por influenciar seu comportamento, desde a escolha dos funcionários até a forma de financiamento das operações (HYMER, 1960, p. 192).

A teoria de Raymond Vernon associa o comércio internacional ao investimento estrangeiro, e está assentada numa crítica à teoria clássica, com maior ênfase no “[...] ritmo do fluxo de inovações, [n]os efeitos das economias de escala e [n]os papéis da ignorância e da incerteza sobre a determinação dos padrões de comércio” (VERNON, 1966, p. 89). A teoria do ciclo do produto relaciona a produção, o comércio internacional e o investimento, ressaltando a importância das imperfeições de mercado e da evolução do próprio processo produtivo – fruto da inovação – na determinação da localização da produção.

Pode-se depreender da teoria de Vernon que os principais determinantes do investimento no exterior vêm a ser o próprio ciclo de vida do produto, a política da empresa produtora no sentido de garantir seu poder de mercado através da internacionalização e, no terceiro momento do ciclo, a diminuição dos custos de produção. Segundo Vernon, pode-se distinguir três estágios de desenvolvimento no ciclo de vida de um produto (a teoria considera um produto destinado ao consumo de pessoas de renda alta ou com vistas a poupar mão de obra): o estágio do produto novo, o estágio do produto em maturação e o estágio do produto padronizado.<sup>12</sup>

Apesar da existência teórica desse critério objetivo de decisão de internacionalização da produção, Vernon chama a atenção para dois outros elementos de suma importância para a análise dos determinantes do investimento estrangeiro. Primeiramente, a existência de “muitas forças de localização ‘não econômicas’” (VERNON, 1966, p. 97), como questões políticas ou a existência de patentes protegidas. Em seguida, Vernon enfatiza a centralidade do que chama de “ameaça ao *status*

<sup>12</sup> No primeiro estágio de desenvolvimento, o produto é novo e ainda pouco padronizado, tem elasticidade-preço relativamente baixa (o que diminui a importância dos custos de produção nesse primeiro momento), e os produtores têm maior necessidade de comunicação, com consumidores, fornecedores e concorrentes, e de flexibilidade na utilização dos insumos (para poder modificar o produto de acordo com as necessidades do mercado). Esses elementos levam à escolha de uma localização da empresa próxima a seu mercado consumidor, o que faz com que a produção de uma mercadoria recém-criada, normalmente, ocorra nos países avançados. No segundo estágio, o de maturação, há, em geral, maior padronização, com menor necessidade de flexibilidade na utilização dos insumos. É nesse estágio que ocorre um aumento da demanda do produto em outros países avançados, o que leva ao aumento das exportações e à possibilidade de internacionalização da produção. Nesse estágio, os custos de produção ganham importância, pois, caso sejam menores no novo mercado consumidor do que o custo de produção no país original acrescido do custo de transporte, teoricamente o investimento estrangeiro seria mais eficiente do que a produção para exportação. No terceiro estágio, há padronização, o que diminui ainda mais a necessidade de proximidade da produção com o mercado consumidor e aumenta a importância dos custos de produção na determinação da localização, levando à possibilidade de produção em países menos desenvolvidos para exportação com direção aos mercados consumidores. A localização da produção nesses países é determinada por diversos fatores, segundo Vernon (1966), que levariam a um perfil determinado de produtos passíveis de produção nesses países. Assim, seriam produzidos nos países menos desenvolvidos produtos que exigem muita mão de obra, que têm alta elasticidade-preço da demanda (para que o esforço de redução de custos seja recompensado), que não dependem intensamente de economias de escala, que possam ter especificações padronizadas, e que apresentem alta relação valor/peso (para absorver os custos de transporte). Segundo Vernon (1966), os produtos têxteis padronizados seriam o exemplo mais evidente desse tipo de produto.

quo” no processo de decisão do investimento estrangeiro. Isso ocorreria porque nos países que são destinos das exportações do produto há um movimento, tanto por parte dos empresários locais (com vistas a aproveitarem as novas oportunidades de produção) quanto por parte do próprio governo (preocupado com o equilíbrio das contas externas e com a geração de emprego) no sentido de internalizar a produção. Por parte do produtor original, há interesse em manter sua fatia do mercado. Assim, a possibilidade de internalização da produção por parte dos países receptores de exportações representa uma ameaça ao *status quo*, que impulsiona as empresas produtoras em direção ao investimento nesses países. Em um segundo momento, o investimento estrangeiro por parte de uma empresa pode representar também uma ameaça ao *status quo* de suas concorrentes, que são também impulsionadas a internacionalizar sua produção.

O paradigma eclético, também chamado paradigma OLI, desenvolvido e revisado por John H. Dunning (1970, 1988, 1997, 2001), tem por objetivo oferecer “[...] uma abordagem holística através da qual se pudesse avaliar a significância dos fatores que influenciam tanto o ato inicial de investimento estrangeiro pelas empresas quanto seu crescimento” (DUNNING, 1988, p. 1). Assim, Dunning utiliza tanto a macro quanto a microeconomia para avaliar os fatores que levam uma empresa a internacionalizar sua produção. Esses fatores seriam de três ordens, dando nome ao paradigma OLI: vantagens de propriedade (*ownership advantages*), vantagens de localização (*location advantages*) e vantagens de internalização (*internalization advantages*).

As vantagens de propriedade estão relacionadas a ativos específicos de cada empresa, como patentes, marcas, capacidade de gestão, entre outras. Esse tipo de vantagem em relação à concorrência permite um melhor posicionamento tanto no mercado do país de origem da empresa quanto no de outros países. Essas vantagens estão relacionadas com a ideia de vantagens competitivas de Hymer, exposta anteriormente, no sentido de que as empresas detentoras desse tipo de vantagem têm maior capacidade de internacionalizar sua produção.

Vantagens de internalização dizem respeito à possibilidade de exploração direta de seus ativos próprios ou sua cessão a outras empresas. Esse tipo de vantagem está intimamente relacionado com o anterior, pois, quanto mais valiosos os ativos específicos da empresa (patentes, tecnologias próprias etc.), maior a vantagem em manter a produção interna à empresa em relação à possibilidade de licenciamento ou parceria com outras empresas em mercados estrangeiros. Assim, quando a vantagem de internalização é maior do que o custo do investimento estrangeiro, esse investimento pode ser feito.

Vantagens de localização estão relacionadas à diferença de disponibilidade e de custo dos ativos entre os países. Vantagens como menor custo de mão de obra, abundância de recursos naturais, ou mesmo incentivos ao investimento estrangeiro, são determinantes na escolha de internacionalização da produção. As empresas procuram, assim, transferir sua produção para países que ofereçam maiores vantagens de localização.

A existência de vantagens OLI determinaria, assim, as decisões de investimento estrangeiro, mas a composição e a importância de cada um dos tipos de vantagens dependeriam, segundo Dunning (1997, p. 81), de diversos fatores, entre os quais o setor da empresa e o tipo de motivação para a atividade multinacional considerada. Essas motivações são classificadas em quatro tipos distintos: busca de mercados, busca de recursos, busca de eficiência e busca de ativos estratégicos (*market seeking, resource seeking, efficiency seeking and strategic asset seeking*).

Investimentos que buscam mercados seriam influenciados por variáveis como o tamanho e o ritmo de crescimento dos mercados, a estabilidade macroeconômica e institucional, bem como a presença de outras empresas do setor. Investimentos motivados pela busca de recursos dependeriam, basicamente, da disponibilidade e do custo desses recursos, assim como da exequibilidade da sua exploração, dada a infraestrutura local. Por sua vez, os investimentos que buscam eficiência seriam atraídos, principalmente, por custos reduzidos de insumos e pela presença de economias de aglomeração, bem como outros fatores capazes de diminuir custos ou aumentar a produtividade da empresa. Por fim, investimentos que buscam ativos estratégicos seriam determinados pela possibilidade de proteger ou aumentar vantagens de propriedade, principalmente a expectativa de aprendizado na interação com novos consumidores e concorrentes (DUNNING, 1997).

Outra contribuição de Dunning é a ideia de *investment-development path* (IDP), ou caminho de investimento-desenvolvimento. Segundo o autor, os padrões de investimentos estrangeiros realizados em um país e pelas firmas de um país se modificam de acordo com seu estágio de desenvolvimento, sendo que existiriam cinco estágios identificáveis. O caminho dos países seguiria de forma que, em um estágio menos desenvolvido, as vantagens de localização – como presença de recursos naturais – contariam mais para a atração de investimento; e, à medida que se avança no desenvolvimento, surgem vantagens específicas às firmas locais, o que permitira que estas também investissem no exterior (DUNNING, 1997).

A abordagem do paradigma eclético de Dunning permite uma análise bastante rica dos determinantes da internacionalização das empresas. O investimento estrangeiro seria determinado pela existência de vantagens dos tipos O, L e I, sendo que a importância de cada tipo de vantagem seria formatada pela motivação da empresa (busca de mercado, recursos, eficiência ou ativos estratégicos), e tudo isso dependeria, ainda, do nível de desenvolvimento do país receptor e do país sede da empresa. A teoria de Dunning, dessa forma, observa a internacionalização das empresas sob diversos prismas, o que permite uma visão mais completa do fenômeno.

Outra explicação influente do IDE, entendido, portanto, como um desdobramento do processo de internacionalização das empresas, é o assim-chamado modelo de Uppsala, desenvolvido por autores dessa universidade sueca (JOHANSON; WIEDERSHEIM-PAUL, 1975; JOHANSON, VAHLNE, 1977, 1990, 1992). Essa abordagem enfatiza os processos de aprendizagem nas relações entre as empresas e os mercados. A falta de conhecimento sobre as especificidades de cada país amplia o grau de incerteza associado a um negócio. Para reduzir tais dificuldades informacionais, as empresas buscam se aproximar de tais mercados, o que, a partir de uma dinâmica incremental, pode conduzir à localização da produção fora do país de origem. Esse aporte se origina da observação do comportamento de empresas suecas.

A literatura empírica acerca dos determinantes do IDE parte dos modelos teóricos, alguns deles previamente descritos, e toma corpo a partir de meados dos anos 1980. Através do uso de diversas técnicas econométricas, os diversos trabalhos buscam verificar que variáveis determinam, em maior ou menor nível, a localização do IDE. Esses estudos testam a relevância de variáveis econômicas utilizando diversas *proxies* para retratar elementos como tamanho e crescimento do mercado, instabilidade econômica e política, inserção no comércio internacional, custos de produção, bem como a presença de recursos naturais. À luz da teoria de Dunning, pode-se afirmar que esses estudos estariam, em sua maioria, preocupados em verificar que tipos de vantagens de localização são mais relevantes na escolha de internacionalização das empresas (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 1998, p. 90).

A literatura empírica sobre os determinantes do IDE é vasta e heterogênea quanto aos métodos utilizados e, em boa medida em razão disso, aos resultados obtidos, não havendo um modelo consensual que descreva quais variáveis afetam, positiva ou negativamente, a localização do investimento estrangeiro (BLÖNIGEN, 2005, 2008; CHAKRABARTI, 2001; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2002, RUESGA et al., 2008). Dentre as variáveis

mais utilizadas nos estudos para a definição de localização de uma empresa multinacional, destaca-se o tamanho do mercado. Espera-se que essa variável tenha uma relação positiva com a entrada de IDE no país, seja por representar oportunidades de crescimento de vendas para as empresas, seja por permitir maiores economias de escala. O tamanho do mercado é medido de diversas formas na literatura, sendo mais utilizado o PIB, ou o PIB *per capita*, como forma de medir a disponibilidade de renda na economia. Como assinalam Ruesga et al. (2008, p. 55), o tamanho do mercado é a única variável acerca da qual a literatura é praticamente consensual, mostrando um efeito positivo entre a variável e a entrada de IDE. Através de uma série de testes estatísticos, Chakrabarti (2001) avalia que essa variável é pouco sensível a modificações na amostra utilizada, o que explicaria a possibilidade de consenso na literatura.

Segundo Chakrabarti (2001, p. 99), o custo de mão de obra, geralmente medido pelos salários, é “o mais controverso de todos os determinantes potenciais do IDE”. Isso se deve, principalmente, ao fato de a influência dos custos de mão de obra depender fortemente do tipo de indústria do investimento avaliado. Em indústrias intensivas em mão de obra espera-se uma relação negativa entre o custo do trabalho e o IED, com a possível ocorrência da “corrida para o fundo”, ou seja, a utilização de baixos salários e más condições de trabalho como fator de atração de IDE. Mas essa relação entre custo do trabalho e entrada de IDE pode ser insignificante, ou mesmo oposta, no caso de outras indústrias, como as que requerem mão de obra especializada.

A taxa de crescimento do mercado também é utilizada como variável de interesse à medida que representa o dinamismo da economia em análise e tem impacto na expectativa de ganhos da empresa investidora. Como *proxies* dessa variável, normalmente, são utilizadas as taxas de crescimento do PIB ou do PIB *per capita*, com o mesmo intuito das *proxies* para o tamanho do mercado. Os resultados empíricos acerca da importância dessa variável não são consensuais como aqueles para o tamanho do mercado. Como verificam Chakrabarti (2001) e Ruesga et al. (2008), em suas revisões da literatura prévia, há resultados insignificantes acerca dessa relação.

A relação entre o recebimento de IDE e o grau de abertura da economia, medido, normalmente, pela razão entre corrente de comércio (exportações mais importações) e PIB, também apresenta resultados variados na literatura. Chakrabarti (2001) aponta que a dificuldade em estabelecer essa relação pode ser explicada pelo fato de o grau de abertura ser mais relevante para o investimento em setores ligados ao comércio exterior. Assim, para alguns investidores,

principalmente para aqueles que visam ao mercado interno, a integração dos países no comércio internacional não é tão relevante.

Alguns trabalhos empíricos acerca dos determinantes do IDE tentam avaliar a influência do ambiente institucional sobre esses fluxos de capital. Espera-se que países com instituições sólidas e estáveis recebam mais IDE do que países que enfrentam instabilidade institucional, dada a elevação da incerteza no caso dos últimos. Como destaca Chakrabarti (2001), o uso desse tipo de variável é complicado pela dificuldade de se obter uma *proxy* adequada, o que fica claro pela multiplicidade de indicadores encontrada na análise da literatura. Testando diversas *proxies* para a variável “infraestrutura de governança”, desde índices de facilidade de negócios até índices de estabilidade política, Globerman e Shapiro (2002) chegam à conclusão que boa governança política é positivamente relacionada com o nível de IDE para uma grande amostra de países. Li (2005) admite que a literatura acerca dos efeitos da violência política sobre o IDE produziu resultados conflitantes, e chega à conclusão, através de um modelo, que a previsibilidade do ambiente político é determinante para o IDE, sendo que apenas problemas súbitos de violência política têm efeitos negativos sobre IDE. Li e Resnick (2003) encontram efeitos positivos da durabilidade dos regimes políticos sobre o IDE, mas nenhum efeito de sua *proxy* sobre a instabilidade política.

A presença de recursos naturais em um país é apontada como atrativo para o IDE já pela literatura teórica. Dunning identifica a busca de recursos como um dos principais motores para o investimento estrangeiro. Na literatura empírica, os resultados são mistos, mas existe quase um consenso de que, no caso dos países em desenvolvimento, a presença de recursos naturais exportáveis determina positivamente a entrada de IDE (LANE; MILESI-FERRETI, 2000). Campos e Kinoshita (2006), usando uma variável *dummy* para a presença de recursos naturais, em trabalho acerca do IDE nas economias em transição, encontram relação positiva e significativa entre a presença de recursos e a entrada de IDE. Garibaldi et al. (2002), também em trabalho sobre as economias em transição, identificam que a dotação de recursos naturais afeta positivamente a entrada de IDE.

Por fim, cabe destacar as relações estreitas entre Estados e empresas na busca por poder e riqueza na esfera internacional, nos termos destacados pela literatura de Economia Política Internacional (EPI). Assim “Estados, corporações multinacionais e outros atores [...] tentam usar seu poder para influenciar a natureza dos regimes internacionais” (GILPIN, 2001, p. 78).

A existência de grandes empresas com atuação internacional remonta às grandes companhias de navegação do século XVII, “organizações meio governamentais e meio empresariais”, segundo Arrighi e Silver (2001, p. 107), que tinham muito mais poder, inclusive militar, do que as multinacionais contemporâneas, como afirma Gilpin (2001, p. 278-279). A grande empresa multinacional torna-se dominante na era do *Big Business*, nos Estados Unidos do início do século XX, e se fortalece ao longo desse século como um dos símbolos do poder hegemônico estadunidense.

Como afirmam Baylis e Smith (2001), o fato de as Empresas Transnacionais - EMNs serem fortemente afetadas pelas decisões dos Estados faz com que elas passem a tentar pressioná-los de diferentes formas na defesa de seus interesses particulares. Em um mercado composto por grandes companhias oligopolistas, em que essas empresas deixam de ser *price takers* (tomadoras de preços) e tornam-se *price setters* (definidoras de preços), seu poder aumenta significativamente, assim como aumenta a importância de que ele seja mantido. De fato, as consequências da extensiva transnacionalização das companhias são profundas, e, a partir disso, “[...] dois dos mais fundamentais atributos de soberania, controle da moeda e do comércio exterior, diminuíram substancialmente” (BAYLIS; SMITH 2001, p. 363). O crescimento de importância das EMNs no período mais recente de globalização faz com que autores como Petrella (1996, p. 73) as vejam como os “atores globais número 1”, dotados do poder de definir que países e regiões receberão mais investimentos e empregos.

Stopford e Strange (1991) percebem no fato de muitos países não deixarem que o controle de suas grandes empresas passe para estrangeiros uma demonstração de que há fortes ligações entre as empresas e seu país de origem.<sup>13</sup> Para os autores, “[...] mesmo que suas operações tenham alcance global, a firma nacional ‘pertence’, psicológica e sociologicamente, a seu país de origem [...]”, e “[...] seus diretores sempre considerarão os desejos e comandos do governo que emitiu seus passaportes e os de suas famílias” (STOPFORD; STRANGE, 1991, p. 233). O grau de associação entre os interesses de empresas e Estados, segundo os autores, varia de acordo com o país em análise. Os autores contrapõem os Estados Unidos, onde, pelo baixo grau de participação do Estado na economia, essa associação seria menor, ao Japão, onde a associação entre Estado e empresas seria simbiótica.

---

<sup>13</sup> Um caso modelo dessa resistência dos países em permitir que suas grandes empresas passem ao controle de estrangeiros é o do lance da estatal chinesa CNOOC para a compra da companhia petrolífera estadunidense Unocal, em 2005. A oferta chinesa provocou reações fortes por parte da mídia dos Estados Unidos, e o próprio Congresso do país chegou a aprovar uma resolução condenando a possível venda da empresa aos chineses por motivos de segurança nacional. Arrighi (2008, p. 286-290) discute com profundidade a importância simbólica desse caso para a percepção da ascensão chinesa nos Estados Unidos.

Hirst e Thompson (1998), através da análise de dados acerca das operações de empresas multinacionais no final da década de 1980 e início da década de 1990, buscam verificar se há indícios de que os Estados de origem de fato perdem importância. Segundo os autores, a avaliação dos dados de vendas e faturamento comprova que, na maioria dos casos, os países de origem continuam sendo os principais locais de atuação das EMNs, e que elas permanecem “fortemente ‘nacionalmente enraizadas’” (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 151). Mesmo que de abrangência limitada, a análise de Hirst e Thompson leva a crer que a maioria das empresas multinacionais seria, nas palavras de Kindleberger (1970), nacional com operações internacionais.

A noção de empresas nacionais com operações internacionais é encontrada também, anteriormente, na tese de Hymer (1960). O autor percebe que, ao contrário do que a teoria econômica tradicional indicaria, a nacionalidade das empresas é determinante para seu comportamento. Hymer identifica a importância da nacionalidade em questões como a distribuição de lucros, o local onde os ativos líquidos são mantidos e, até mesmo, a seleção de pessoal. O autor conclui, porém, que esses padrões determinados pela nacionalidade podem se modificar à medida que aumenta a inserção internacional da firma. Assim, “[...] o fato de ter operações internacionais pode levar as empresas a tornarem-se mais internacionais que nacionais” (HYMER, 1960, p. 194).

De acordo com Gilpin (2004, p. 222), “[...] o comportamento de uma companhia multinacional é determinado basicamente pelas políticas econômicas, as estruturas econômicas e os interesses políticos da sociedade onde se origina”. Existiria, portanto, uma associação entre os interesses do Estado e de suas empresas, manifesta na promoção dos interesses das empresas pelos governos. Essa associação de interesses, mesmo que existente em todos os países, não seria bem vista pela maioria em alguns países, como os Estados Unidos, mas seria comum e aceita nos países asiáticos, como Japão e Coreia (GILPIN, 2001, p. 300).

Para Gilpin, portanto, as EMNs exercem poder no sistema internacional e podem tanto ser benéficas quanto explorar os países nos quais atuam. Os riscos são maiores, evidentemente, para os países com menos recursos, conforme o autor, “[...] uma economia global povoada por poderosas firmas multinacionais é uma perspectiva assustadora especialmente para as empresas e os governos dos países pequenos e pobres” (GILPIN, 2001, p. 303). Assim, mesmo que as EMNs constituam uma excelente fonte de capital e de tecnologia, necessária para o desenvolvimento dos países mais pobres, esses países têm “[...] toda razão de se preocupar com a dominação por parte de grandes companhias multinacionais estrangeiras” (GILPIN, 2004, p. 236).

Pode-se identificar ao menos dois pontos principais da discussão a respeito das relações de poder entre empresas e Estados que demonstram sua importância para a análise proposta neste trabalho. Por um lado, percebe-se que as EMNs, ao movimentar grandes somas de capitais e controlar os preços de parcela significativa do comércio internacional, exercem poder importante sobre os Estados, notadamente sobre os menores e os mais pobres. Por outro lado, percebe-se que é muito difícil dissociar os interesses das empresas multinacionais dos interesses de seus Estados de origem, mesmo em se tratando de economias com fluxos de capitais e comércio liberalizados.

### **A Política de Internacionalização Produtiva da China: “Going Global Strategy”**

A internacionalização das empresas chinesas está diretamente associada à estratégia de desenvolvimento de longo prazo conduzida a partir do Estado (SZAMOSSZEGI; KYLE, 2011) nos termos sugeridos pela literatura de Economia Política Internacional - (EPI). A busca de recursos naturais e a criação de empresas chinesas líderes em setores considerados estratégicos são os elementos centrais desse processo que, desde logo, passa pelo crivo decisório das autoridades em Beijing.<sup>14</sup> Salidjanova (2011) sugere que há uma clara evolução liberalizante na dinâmica de extroversão produtiva chinesa. Em uma primeira etapa, entre 1979 e 1985, 189 projetos de investimento foram aprovados no valor de US\$ 197 milhões. Sob estrito controle governamental, tais autorizações eram outorgadas apenas às empresas estatais – controladas pelo governo central ou por províncias e municipalidades. Em uma segunda etapa, entre 1986 e 1991, há um primeiro movimento de liberalização, que garantiu às empresas não estatais a realização de inversões no exterior. Duas eram as principais exigências: a existência de capital e a existência de parceiros para viabilizar as operações. Assim, foram viabilizados 891 projetos no valor de US\$ 1,2 bilhão.

O período subsequente foi marcado por um ímpeto especulativo, com muitas empresas envolvidas no *boom* nos setores imobiliários e no mercado acionário que antecedeu às crises financeiras que se disseminaram no Sudeste Asiático em 1997-1998. Diante da perda de recursos em moeda estrangeira, o governo central, através do então Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Econômica, criou regras mais rígidas para quaisquer operações que ultrapassassem US\$

---

<sup>14</sup> “Since its inception, Chinese ODI has been initiated or approved by the state, which still retains a great measure of control. The government has selected certain strategic industries for overseas expansion and has chosen the markets where this expansion should take place. This heavy government involvement, largely through state-owned companies, ensured that foreign investments would align with the country’s long-term development strategies. The government’s push for the development of national industry champions and the procurement of overseas natural resources underpins a broader agenda of economic nationalism focused on energy security, geopolitics, and competitiveness” (SALIDJANOVA, 2011, p. 4).

1 milhão. Entre 1992 e 1998, o volume de novas inversões ficou estagnado frente ao período anterior, com um volume de US\$ 1,2 bilhão.

A partir de 1999, em um movimento que persiste até hoje, foi sendo estruturada a política de “Going Global”.<sup>15</sup> De acordo com a Unctad (2006, p. 209), “China’s ‘going global’ strategy outlined in 2000 is among the most explicit policy initiatives taken by a developing country to boost FDI overseas”. Desde 2004, o governo central vem oferecendo condições facilitadas de crédito, através do seu EXIM-Bank, e outros incentivos, como o monitoramento de riscos a cargo da Comissão de Desenvolvimento Nacional e Reformas, com o intuito de ampliar a presença de capitais chineses no exterior. Nessa mesma linha de incentivos, a agência que gere as reservas internacionais (Safe – State Administration of Foreign Reserves) aboliu, em 2006, as quotas para a compra de moeda estrangeira quando se trata de IDE, e a Comissão de Regulação Bancária autorizou, a partir de dezembro de 2008, que bancos comerciais chineses concedam empréstimos para operações de fusão e aquisição no exterior.

A política de “Going Global” encoraja, explicitamente, projetos de investimento que: (i) mitiguem a relativa escassez de recursos naturais do país; (ii) promovam exportações; (iii) garantam a aquisição de ativos específicos, particularmente tecnologia e capacidades de gestão; (iv) ampliem a competitividade das empresas chinesas e acelerem sua inserção nos mercados internacionais (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2006, p. 210). Vale dizer que a política chinesa traduz fielmente os determinantes do IDE especificados no paradigma eclético de Dunning, conforme analisado na subseção anterior.

Portanto, a política de “Going Global” evidencia a estratégia chinesa de construir “campeões nacionais”, que alicercem sua trajetória de desenvolvimento. Esta, por sua vez, depende do acesso aos mercados de fatores, especialmente energia, alimentos, recursos minerais e tecnologia, e de consumo de bens. Os conglomerados estatais na área de petróleo e gás, como a Sinopec, CNOOC e a Petrochina, representam a articulação entre a busca de segurança energética, a política externa e a estratégia de crescimento de longo prazo. Ainda na área de *commodities* há outros gigantes com

---

<sup>15</sup> “China’s ‘going global’ strategy was envisaged in the mid-1990s and formally adopted in 2000. Today, it is an integral part of the country’s overall strategy of economic openness. The essence of the strategy is to promote the international operations of capable Chinese firms with a view to improving resource allocation and enhancing their international competitiveness. It covers three areas: overseas investment by Chinese firms, overseas construction contracting and international service provision. The Ministry of Commerce (MOFCOM) is responsible for implementing and coordinating the strategy. Another central Government agency involved in the implementation of the strategy is the National Development and Reform Commission (NDRC)” (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2006, p. 210).

controle ou participação estatal, como a Aluminum Corporation of China (Chinalco) e a Baosteel. No setor de bens de consumo, telecomunicações e produtos eletrônicos, há empresas como Huawei, TCL, Lenovo, Boe Technology e Galanz. Há, ainda, corporações que estão em trajetória de internacionalização em setores como alimentos e bebidas, comércio e navegação, construção civil, automobilística, entre outros. Uma lista mais ampla está registrada no Apêndice A.

Ao se considerar as empresas de Hong Kong, Taiwan e de sino-descendentes – os chineses de ultramar (*overseas Chinese*) – em países asiáticos como Cingapura, Malásia, e Tailândia, nota-se uma influência crescente de capitais chineses na região e em nível global. Nesse sentido, é possível perceber a lógica da política chinesa de buscar um aprofundamento das relações econômicas no plano regional, tanto pela via usual dos fluxos de comércio e investimento quanto pela construção de laços institucionais mais sólidos. A partir disso, o país busca cooptar vizinhos que poderiam, em princípio, serem deslocados dos mercados globais por força da concorrência chinesa e que passam a ter no próprio mercado chinês uma fonte substituta de dinamismo, conforme será detalhado na sequência. Também dessa forma estar-se-ia retornando a um papel histórico de liderança regional e que fora amortecido pela ascensão dos países europeus na era pós-revolução industrial.

Conforme será detalhado na próxima seção, os incentivos governamentais e a própria dinâmica de expansão da economia chinesa fizeram com que os investimentos no exterior experimentassem um *boom* a partir de 2005 (SALIDJANOVA, 2011; SCISSORS, 2010, 2011; UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2006, 2011). A crise financeira global, iniciada em 2007 e potencializada a partir do final de 2008, não refreou esse processo. Pelo contrário, é possível sugerir que a crise pode ser percebida como uma oportunidade de aquisição de ativos depreciados. Assim, não se deve descartar a possibilidade do movimento de expansão do IDE chinês ganhar ainda mais intensidade nos próximos anos.

## **O PERFIL DO INVESTIMENTO DIRETO CHINÊS: TENDÊNCIAS GLOBAIS E A PRESENÇA DO CAPITAL CHINÊS NO BRASIL**

Conforme sugerem Salidjanova (2011), Scissors (2010, 2011) e Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2011a, 2011b, 2011c), o mapeamento preciso do volume e perfil do investimento chinês no exterior não é uma tarefa simples. Além dos problemas não específicos à China, como a utilização de diferentes critérios de contabilização de fluxos e estoques de IDE e a canalização de recursos por meio de paraísos fiscais – recurso muito utilizado no caso chinês –, há, ainda, a dificuldade adicional imposta pelos registros chineses reportados pelo Ministério do Comércio (MOFCOM, na sigla em inglês) e pela State Administration for Foreign Exchange (Safe), que levam em conta somente os projetos aprovados pelo governo. Vale dizer, que esses registros não levam em conta os recursos que efetivamente saíram do país e/ou que aportaram em outras economias a partir de empresas chinesas, particularmente Hong Kong, bem como projetos que não passaram pelo crivo das autoridades. Esses dados oficiais se desdobram como fonte importante para agências multilaterais que organizam e disseminam estatísticas sobre IDE, como a United Nations Conference on Trade and Development (2011).

Fontes alternativas têm procurado mapear os anúncios de investimentos chineses – como o fDi Markets – e/ou rastrear o IDE chinês a partir das informações reportadas diretamente pelas empresas. Nesse sentido, o China Global Investment Tracker (Scissors, 2010, 2011) reporta os investimentos realizados, os anunciados e posteriormente frustrados e os contratos de construção e engenharia realizados pelas empresas chinesas. Esses dados apresentam recortes setoriais e por país de destino. Eventualmente reportam, também, o montante de controle acionário obtido pelo comprador chinês. O fDi Markets trabalha com investimentos anunciados, mostrando a empresa de origem dos recursos, os valores estimados e empregos gerados pelas operações, e os detalhes geográficos e setoriais do destino das inversões. Todavia, não informa, diretamente, se os investimentos ocorreram ou não.

A Tabela 1 mostra, para o período de janeiro de 2005 a junho de 2011, os investimentos realizados por empresas chinesas no exterior. Em comum, todas essas fontes excluem a aquisição de títulos e a realização de empréstimos, vale dizer, seu foco é a aquisição de capital. As fontes também convergem na percepção de que há um movimento de crescimento exponencial do IDE chinês no período analisado, de modo que é razoável assumir que o volume acumulado de inversões excede os

US\$ 200 bilhões entre 2005 e 2010. Nas subseções que seguem são trabalhados os detalhes metodológicos e o perfil dessas inversões. A despeito das diferenças verificadas, o conjunto dos dados contribui para a conformação de um quadro de referência para a análise do processo de internacionalização dos capitais chineses.

**Tabela 1 - Investimentos Chineses no Exterior, 2005-2011\* (US\$ milhões)**

	MOFCOM	UNCTAD	fDi	Heritage
2005	12.260	12.261	9.473	8.520
2006	21.160	21.160	16.266	20.800
2007	26.510	22.469	30.515	33.100
2008	55.910	52.150	48.985	53.490
2009	56.530	56.530	28.444	52.190
2010	68.810	68.000	29.693	61.790
2011*			16.673	32.780
<b>Memória</b>				
<b>2005-2010</b>	<b>241.180</b>	<b>232.570</b>	<b>163.375</b>	<b>229.890</b>
Fontes: Mofcom (2011), Unctad (2011). fDi Markets; Heritage Foundation				
(*) Janeiro-Junho				

Dadas essas considerações preliminares, o restante da seção procura (i) estimar o montante de IDE chinês, a partir de diferentes fontes; (ii) caracterizar o seu perfil do ponto de vista de sua distribuição setorial e geográfica; e (iii) estimar a presença do capital chinês na economia brasileira.

### **O Investimento Direto Chinês em um Contexto Global**

As duas principais definições de IDE, e que servem de referência para sua contabilização no Balanço de Pagamentos (BP), são aquelas contidas nos manuais do Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>16</sup> e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).<sup>17</sup> Para o FMI, a principal característica dessa modalidade de investimento é que ela está vinculada a uma situação cujo investidor decide adquirir uma parcela do capital de uma empresa fora de seu país de origem, com o intuito de ter algum tipo de poder decisório sobre seu destino. Tais empresas afiliadas podem ser controladas integralmente pela matriz, sendo, assim, filiais, ou simplesmente possuir uma parcela de seu capital sob o comando estrangeiro.

<sup>16</sup> *Balance of Payments Manual*. Fifth Edition (BPM5). Washington, D.C.: International Monetary Fund, 1993.

<sup>17</sup> *Detailed Benchmark Definition of Foreign Direct Investment*. Third Edition (BD3). Paris: OECD, 1996.

O Fundo sugere como referência numérica a aquisição de pelo menos 10% do capital com direito a voto (ações ordinárias). Seguindo esse critério básico, as seguintes modalidades de fluxos de capitais são registradas no BP como IDE: (i) participação de capital; (ii) lucros reinvestidos; e (iii) empréstimos intercompanhias (entre matriz e filial). A OCDE segue o mesmo critério de diferenciar o IED do investimento em portfólio pela natureza da relação proprietária, qual seja, com a primeira modalidade representando um vínculo proprietário associado ao poder de decidir os rumos da empresa. Segue-se o patamar de 10% do capital – ações ordinárias.

Todos os dados utilizados na sequência seguem estas definições e foram originalmente capturados na base estatística da Unctad (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2009). As informações apresentam as seguintes divisões: (i) dados de estoque e de fluxo; e (ii) dados de entrada e saída de IDE. Os fluxos de IDE se referem aos valores líquidos de aquisições de ações e realizações de empréstimos (incluindo aquisições não monetárias, e que têm, por contrapartida, equipamentos, direitos de produção etc.), acrescidos da parcela dos lucros da companhia afiliada pertencentes à empresa transnacional e do valor líquido dos empréstimos intercompanhia originados na empresa estrangeira.<sup>18</sup> Para o caso específico de empresas filiadas, que fazem parte de um conglomerado controlado no exterior, os fluxos de IDE são aqueles associados aos lucros reinvestidos acrescidos do valor líquido de novos aportes de recursos (capital ou empréstimos) da matriz. Um valor negativo nos fluxos de IDE representa que pelo menos um dos seus componentes foi negativo. Por exemplo, em um determinado ano, as empresas locais tiveram prejuízos contábeis que excederam novos aportes de capitais.

Para o estoque de IDE são considerados os seguintes casos: (i) para empresas associadas ou subsidiárias, toma-se o valor da parcela do capital e as reservas (o que inclui lucros acumulados) devidos à empresa estrangeira, acrescidos da dívida líquida que empresa local tem para com a empresa investidora; e (ii) para as filiais controladas pela matriz, considera-se o valor dos ativos líquidos de passivos junto a terceiras partes.

A Tabela 2 mostra a participação da China nos estoques mundiais de IDE, como destino (*inflows*) e origem (*outflows*). Em 2010, a China contabilizou US\$ 579 bilhões em IDE na sua economia, equivalendo a 3% do total global, tornando-se o décimo destino dessa modalidade de capitais. Considerando-se o fato de que Hong Kong possuía, nesse mesmo ano, 5,7 % do IDE global,

---

<sup>18</sup> Aqui estamos tratando a empresa transnacional e estrangeira como sinônimos. A empresa local é aquela objeto do investimento.

essas duas economias já abrigam 8,7% do estoque mundial (ou US\$ 1.676 bilhões), atrás apenas dos Estados Unidos, com 18%. Esse foi um avanço expressivo, pois, em 1980, a China aparecia na posição 45 no *ranking* da Unctad, com 0,18% do total.

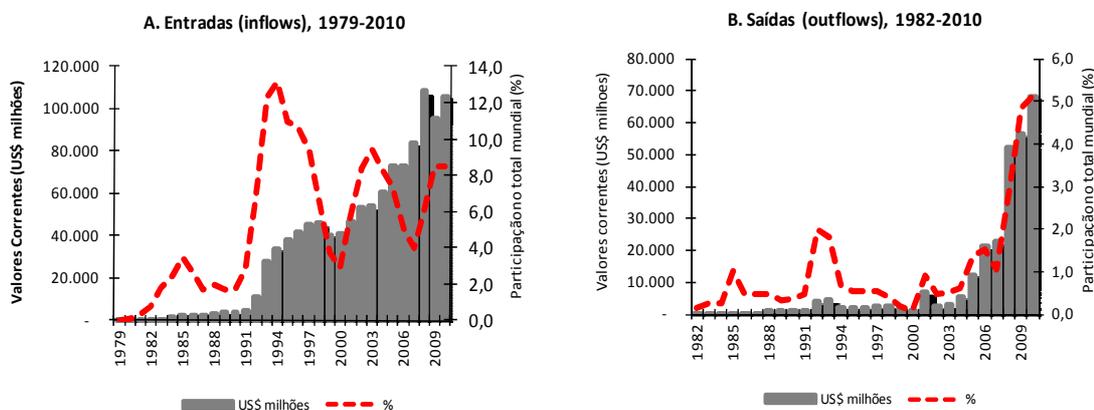
Esse avanço se expressa nos dados anuais de fluxos de entrada de novos recursos no país. Entre o início da abertura e o ano de 1991, os fluxos de entradas anuais de investimento estrangeiro situavam-se abaixo de US\$ 5 bilhões/ano. Após a viagem de Deng Xiaoping às regiões costeiras do Sul, em 1992, onde reafirmou seu compromisso com a abertura da economia, e, depois disso, com a introdução de novas medidas liberalizantes, esses fluxos passaram a uma média superior a US\$ 40 bilhões/ano no restante da década de 1990, e de mais de US\$ 60 bilhões/ano, em média, nos anos 2000. Em 2010 foram US\$ 105 bilhões. As empresas estrangeiras abriram mercados para as exportações originadas na China. A conexão entre IDE e exportações pode ser avaliada na estimativa da UNCTAD de que as filiais de empresas multinacionais exportaram US\$ 444 bilhões em 2005 (60% do total exportado pelo país), contra os US\$ 12 bilhões exportados em 1991 (17% do total).

**Tabela 2 - Estoque de Investimento Direto Estrangeiro da China, 1981-2010 (US\$ milhões e %)**

	1981	2010
1. Entrada (inflows)		
1.1 Valores correntes (US\$ milhões)	1.339	578.818
1.2 Participação no total mundial (%)	0,18	3,02
2. Saída (outflow)		
2.1 Valores correntes (US\$ milhões)	39	297.600
2.2 Participação no total mundial (%)	0,01	1,46

Fonte: Unctad - World Investment Report 2011 (www.unctad.org)

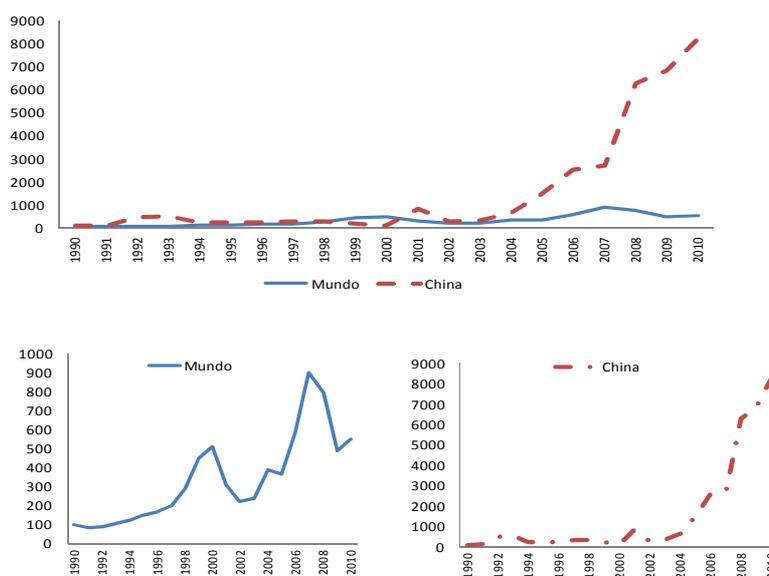
**Gráfico 3 - Fluxos de IDE na China (US\$ bilhões e %)**



Os investimentos chineses no exterior também passaram a crescer. Em 1999, quando várias ações visando à ampliação desses investimentos foram lançadas com a alcunha de “Going Global Strategy”, o estoque de investimento chinês no exterior era de US\$ 25 bilhões. Em 2010, tal montante passou a US\$ 298 bilhões; os fluxos de saída de investimento chinês atingiram o recorde de US\$ 68 bilhões, mais de vinte vezes a média do período 1990-2000. Isso representou 5,1% do total mundial, tornando a China o quinto maior investidor nesse ano. Se computados os dados de Hong Kong, esse valor passaria a US\$ 144 bilhões ou 10,8% do total mundial. Esta China ampliada seria o segundo maior investidor no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, e à frente de Alemanha e França.

O Gráfico 4 evidencia que o IDE chinês vem avançando em um ritmo muito superior à média mundial, especialmente depois de 2003. Nem mesmo a crise financeira mundial refreou o ímpeto da internacionalização produtiva das empresas chinesas. Em 2008, 2009 e 2010, os investimentos mundiais no exterior variaram, respectivamente, -12%, -39% e +13%, enquanto o IDE chinês seguiu crescendo em 132,1%, 8,4% e 20,3%. Há, portanto, um claro padrão divergente entre a tendência expansionista dos capitais chineses, intensificada nesta primeira década do século XXI, particularmente depois da crise, e o comportamento do conjunto dos investimentos diretos no exterior, que acompanha mais diretamente o ciclo econômico global.

**Gráfico 4 - Evolução dos Fluxos de Saída de IDE na China e no Mundo, 1990-2010 (1990=100)**

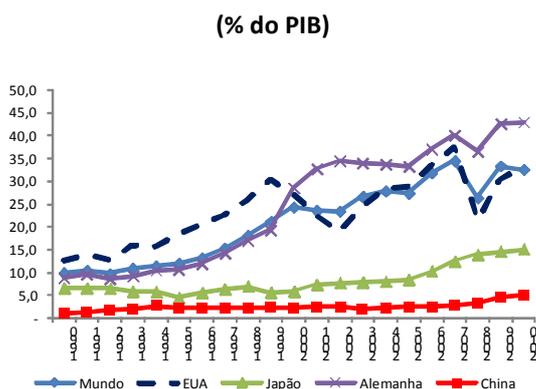


Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (2011a).

A despeito dessa expansão recente, a China ainda não se destaca internacionalmente do ponto de vista dos estoques de investimento no exterior. Ao final de 2010, os Estados Unidos, com US\$ 4.843 bilhões, ou 23,7% do total mundial, lideravam o *ranking* dos maiores investidores. A China aparecia na 18ª posição, com US\$ 297,6 bilhões, ou 1,5% do IDE global. Já a China ampliada por Hong Kong teria um estoque de US\$ 1.246 bilhões, ou 6% do total, e uma posição virtual de quinto maior investidor – posição efetiva de Hong Kong.

O Gráfico 5 informa a relação entre o estoque de investimento direto realizado no exterior como proporção do PIB das respectivas economias que o originaram. Nota-se que essa relação oscilou entre 2% e 3% no período recente, passando a 5% em 2010. Esses indicadores são significativamente inferiores aos verificados nas outras três grandes economias – Alemanha, Estados Unidos e Japão – e no conjunto da economia mundial.

**Gráfico 5 - Estoque de Investimentos no Exterior - Saídas - em Economias Seleccionadas, 1990-2010**



Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (2011a).

A Tabela 3 fornece outra característica central dos investimentos chineses no exterior, qual seja, a centralidade das empresas estatais. De acordo com o levantamento da UNCTAD (2011), entre 2003 e 2010, 653 empresas estatais, majoritariamente de países em desenvolvimento, realizaram projetos de investimento da ordem de US\$ 1.181 bilhão. Desse total, cinquenta empresas eram chinesas, perfazendo inversões de US\$ 163 bilhões, ou 13,8% do valor global. A força das grandes empresas estatais chinesas – ou das empresas consideradas privadas, mas com fortes conexões com o Estado – também se expressa quando comparada com a das maiores empresas transnacionais oriundas dos países em desenvolvimento (Tabela 4). Da lista das cem maiores, nove são chinesas, quase todas estatais, respondendo por 27% dos ativos e do emprego, e 22% das vendas desse

universo de corporações. Essas participações sobem quando se considera a China ampliada por Hong Kong para, respectivamente, 37%, 29% e 44%. Vale dizer, o equivalente a um terço do volume de ativos e geração de vendas, bem com quase a metade dos empregos desse conjunto de empresas se origina na China continental ou em sua vibrante região administrativa especial. No *ranking* das cem maiores do mundo, considerando as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, há apenas uma empresa chinesa, o CITIC Group, na 60ª posição, além da Hutchison Whampoa Limited, de Hong Kong, na 30ª posição.<sup>19</sup>

**Tabela 3 - Projetos de Investimento no Exterior de Empresas Estatais (por país de origem), 2003-2010 (US\$ milhões, nº de empresas, %)**

	Número de Empresas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2003-2010	Part (%)
<b>Mundo</b>	<b>653</b>	<b>88 810</b>	<b>95 610</b>	<b>110 560</b>	<b>162 829</b>	<b>187 393</b>	<b>221 034</b>	<b>169 106</b>	<b>145 691</b>	<b>1 181 034</b>	<b>100,0</b>
<b>1. Países Desenvolvidos</b>	285	34 414	48 570	55 342	55 168	85 881	98 137	84 937	56 051	518 498	43,9
<b>2. Países em Desenvolvimento</b>	345	36 895	43 021	45 535	101 965	91 100	111 606	74 254	85 698	590 076	50,0
África	82	3 126	15 355	1 205	462	1 410	4 761	2 479	3 388	32 186	2,7
América Latina e Caribe	28	7 885	1 450	2 562	3 173	4 267	11 105	2 755	7 843	41 040	3,5
Brasil	9	5 344	1 085	2 391	1 740	2 501	9 592	2 381	5 808	30 842	2,6
Ásia	235	25 885	26 216	41 768	98 330	85 423	95 740	69 020	74 468	516 850	43,8
China	<b>50</b>	<b>11 462</b>	<b>5 592</b>	<b>8 193</b>	<b>16 767</b>	<b>21 267</b>	<b>32 492</b>	<b>28 613</b>	<b>38 899</b>	<b>163 285</b>	<b>13,8</b>
<b>3. Leste Europeu e CEI</b>	23	17 501	4 019	9 683	5 697	10 412	11 291	9 915	3 942	72 460	6,1

Fonte: Unctad (2011)

**Tabela 4 - Empresas Chinesas no Ranking das Maiores Transnacionais Não Financeiras Localizadas em Países em Desenvolvimento - Ordenadas pelo Volume de Ativos em 2009 (US\$ bilhões)**

Posição no Ranking	Empresa	Propriedade do Capital	Setor	Ativos (US\$ bilhões)		Vendas (US\$ bilhões)		Empregos (unidade)	
				No Exterior	Total	No Exterior	Total	No Exterior	Total
2	CITIC Group	Estatal	Diversificado	43.814	315.433	10.878	30.605	25.285	125.215
7	China Ocean Shipping (Group) Company	Estatal	Transporte e Armazenagem	28.092	36.287	18.354	27.908	4.207	71.584
23	China National Petroleum Corporation	Estatal	Petróleo	11.594	325.327	4.732	178.343	29.877	1.585.000
41	Sinochem Group	Estatal	Petróleo	8.124	25.132	27.492	35.577	225	42.282
47	China National Offshore Oil Corp	Estatal	Petróleo	6.648	75.913	4.898	30.680	1.739	51.000
73	Lenovo Group Ltd	Privada	Equip. Elétricos e Eletrônicos	3.957	8.956	8.713	16.605	5.130	22.205
77	China Railway Construction Corporation Ltd	Estatal	Construção	3.580	41.444	3.265	50.501	20.426	209.103
84	ZTE Corp	Estatal	Bens de Consumo	3.017	10.173	4.372	8.823	21.821	70.345
93	China Minmetals Corp	Estatal	Metalurgia	2.352	18.889	3.994	24.956	12.535	100.656
Total das Empresas Chinesas				111.179	857.553	86.698	403.997	121.245	2.277.390
Total das Empresas Chinesas e de Hong Kong				285.087	1.162.849	209.988	555.355	1.141.376	3.597.216
Total das 100 Maiores				997.259	3.151.746	911.284	1.914.497	3.399.446	8.259.171
Empresas Chinesas (% das 100 Maiores)				11,1	27,2	9,5	21,1	3,6	27,6
Empresas Chinesas e de Hong Kong (% das 100 Maiores)				28,6	36,9	23,0	29,0	33,6	43,6

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (2011a) e Wikipedia (para o controle acionário).

<sup>19</sup> United Nations Conference on Trade and Development (2011a), Tabelas Anexas, WebTable 29, disponíveis em: <<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=5545&lang=1>>, Acesso em: 14 nov. 2011.

### O Investimento Chinês no Exterior de acordo com Mofcom

O mais recente relatório do Ministério do Comércio da China sobre o investimento chinês no exterior (MOFCOM, 2011) mostra que, em 2010, o IDE chinês atingiu a marca recorde de US\$ 68,8 bilhões, uma expansão de 27% sobre o ano anterior. Em 2009, a despeito da crise financeira global e mesmo que o total dos fluxos mundiais de IDE tivesse experimentado uma contração (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2011), o IDE chinês havia sido de US\$ 56,5 bilhões. Tais valores representam uma expansão exponencial frente ao observado no começo da década (Tabela 5).

**Tabela 5 - Evolução do Investimento Chinês no Exterior, 2002-2010**

	Fluxos		Estoque	
	US\$ bilhões	Cresc (%)	US\$ bilhões	Cresc (%)
2002	2,7		29,9	
2003	2,9	5,6	33,2	11,0
2004	5,5	93,0	44,8	34,9
2005	12,3	122,9	57,2	27,7
2006	21,2	72,6	90,6	58,4
2007	26,5	25,3	118,0	30,2
2008	55,9	110,9	184,0	55,9
2009	56,5	1,1	245,8	33,6
2010	68,8	21,7	317,2	29,1

Fonte: MOFCOM (2011).

Com o avanço dos fluxos anuais, o estoque de IDE chinês atingiu a marca de US\$ 317 bilhões ao término de 2010, um valor seis vezes superior ao verificado em 2002. Por outro lado, essa dimensão da internacionalização chinesa ainda é modesta quando contrastada com o volume de cerca de US\$ 3 trilhões de reservas internacionais que o país possuía em dezembro de 2010. Portanto, dois fenômenos chamam a atenção: (i) a velocidade recente da extroversão chinesa, a despeito do ambiente recessivo e de incertezas associadas à crise financeira global; e (ii) a possibilidade desse movimento ser, ainda, a ponta de um *iceberg*, dado o volume de recursos existentes na forma de reservas e que, no limite, pode servir de *hedge* para a internacionalização das empresas chinesas.

O Mofcom (2011) reporta que o investimento chinês no exterior apresenta elevada pulverização, espacial e em termos de valores. Ao final de 2010, as estimativas oficiais apontavam

para um estoque de IDE chinês da ordem de US\$ 317,2 bilhões, gerados pelas atividades de cerca de 16 mil empresas e localizados em 178 países. Sua distribuição em termos de modalidade era a seguinte: (i) US\$ 59,7 bilhões em capital; (ii) US\$ 120,7 bilhões em lucros reinvestidos; e (iii) US\$ 136,8 bilhões em outros investimentos.

De acordo com os dados oficiais chineses, além de Hong Kong, a distribuição espacial do IDE revela a importância de dois conjuntos de economias (Tabela 6): países periféricos ricos em recursos naturais, na América Latina (13,8% do total dos estoques em 2010) e África (4,1%); e paraísos fiscais e/ou *hubs* financeiros, como Ilhas Virgens Britânicas (7,3%), ilhas Cayman (5,4%) e Luxemburgo (1,8%). Investimentos em economias ricas em recursos naturais em outras regiões, como a Oceania, Rússia e Canadá, também merecem destaque.

**Tabela 6 - Distribuição do Estoque de Investimento Chinês em Economias Selecionadas**

	2004		2010		Crescimento (%) 2010/2004
	US\$ milhões	Part (%)	US\$ milhões	Part (%)	
<b>Total</b>	<b>44.777,4</b>	<b>100,0</b>	<b>317.210,6</b>	<b>100,0</b>	<b>608,4</b>
<b>Ásia</b>	<b>33.479,6</b>	<b>74,8</b>	<b>228.146,0</b>	<b>71,9</b>	<b>581,4</b>
Hong Kong	30.392,9	67,9	199.055,6	62,8	554,9
<b>África</b>	<b>899,6</b>	<b>2,0</b>	<b>13.042,1</b>	<b>4,1</b>	<b>1.349,8</b>
<b>Europa</b>	<b>676,6</b>	<b>1,5</b>	<b>15.710,3</b>	<b>5,0</b>	<b>2.222,1</b>
Alemanha	129,5	0,3	1.502,3	0,5	1.060,0
Luxemburgo	-	-	5.787,8	1,8	-
Rússia	123,5	0,3	2.787,6	0,9	2.157,5
Suécia	6,4	0,0	1.479,1	0,5	22.867,7
Reino Unido	108,5	0,2	1.358,4	0,4	1.152,4
<b>América Latina</b>	<b>8.268,4</b>	<b>18,5</b>	<b>43.875,6</b>	<b>13,8</b>	<b>430,6</b>
Argentina	19,3	0,0	219,0	0,1	1.036,4
Brasil	79,2	0,2	923,7	0,3	1.065,9
Ilhas Virgens Britânicas	1.089,4	2,4	23.246,8	7,3	2.033,9
Ilhas Cayman	6.659,9	14,9	17.256,3	5,4	159,1
<b>América do Norte</b>	<b>909,2</b>	<b>2,0</b>	<b>7.829,3</b>	<b>2,5</b>	<b>761,1</b>
Canadá	58,8	0,1	2.603,6	0,8	4.328,6
EUA	665,2	1,5	4.874,0	1,5	632,7
<b>Oceania</b>	<b>543,9</b>	<b>1,2</b>	<b>8.607,3</b>	<b>2,7</b>	<b>1.482,4</b>

Fonte: MOFCOM (2011).

A análise da distribuição setorial reforça a percepção anterior (Tabela 7). Ao término de 2010, os setores financeiro (J + L), de mineração (B), comércio (H) e transporte (F) concentraram a maior parte do estoque de IDE chinês no exterior. A indústria de transformação é destino de 5,6% dos investimentos, e a aquisição de terras e imóveis vem ganhando destaque. Segundo o Mofcom (2011, p. 80), os bancos comerciais estatais chineses possuíam, ao final de 2010, 17 filiais e 59 escritórios de representação localizados em 34 países, empregando 42 mil trabalhadores – 41 mil deles não chineses.

Tomando o universo de empresas chinesas operando no exterior, o Mofcom (2011) estima a geração de 1,1 milhão de postos de trabalhos – 784 mil de trabalhadores não chineses –, vendas de

US\$ 710 bilhões – um valor 67% superior ao verificado em 2009 – e exportações e importações somando US\$ 136 bilhões.

É importante ter cautela na análise dos dados oficiais chineses, pois os recortes espaciais e setoriais não necessariamente traduzem o fenômeno econômico subjacente, e parcela importante dos investimentos se direciona para Hong Kong e paraísos fiscais.<sup>20</sup> O estilo chinês de investir no exterior, em contraste com o verificado nos investimentos das economias maduras, tem sido, até o momento, marcado pela fusão e/ou aquisição de participações acionárias minoritárias, com valores pulverizados, e/ou por meios aquisições majoritárias.<sup>21</sup> A constituição de filiais totalmente controladas desde a matriz se organiza em parcela ainda não majoritária das operações.

**Tabela 7 - Distribuição Setorial do Estoque de Investimento Chinês no Exterior**

		2004		2010		Crescimento (%)
		US\$ milhões	Part (%)	US\$ milhões	Part (%)	2010/2004
A	Agropecuária, Pesca e Silvicultura.	834,2	1,9	2.612,08	0,8	213,1
B	Mineração	5.951,4	13,3	44.660,64	14,1	650,4
C	Indústria de Transformação	4.538,1	10,1	17.801,66	5,6	292,3
D	Energia, Gás e Água	219,7	0,5	3.410,68	1,1	1.452,6
E	Construção	817,5	1,8	6.173,28	1,9	655,2
F	Transporte e Armazenagem	4.580,6	10,2	23.187,80	7,3	406,2
G	Informática	1.192,4	2,7	8.406,24	2,7	605,0
H	Comércio (Atacado e Varejo)	7.843,3	17,5	42.006,45	13,2	435,6
I	Serviços de Hotelaria e Alimentação	20,8	0,0	449,86	0,1	2.061,7
J	Setor Bancário		0,0	55.253,21	17,4	
K	Setor Imobiliário	202,5	0,5	7.266,42	2,3	3.488,2
L	Leasing e Prestação de Serviços a Empresas	16.428,2	36,7	97.246,05	30,7	491,9
M	Pesquisa Científica, Serviços Técnicos e Prospecção Geológica	124,0	0,3	3.967,12	1,3	3.099,8
N	Saneamento e Meio Ambiente	911,1	2,0	1.133,43	0,4	24,4
O	Serviços Pessoais e Outros	1.093,1	2,4	3.229,74	1,0	
P	Educação	nd	nd	23,94	0,0	
Q	Saúde e Secuidade	0,2	0,0	36,13	0,0	16.322,7
R	Cultura, Esportes e Lazer	5,9	0,0	345,83	0,1	5.741,7
S	Setor Públicos e Organizações Sociais	14,3	0,0	nd	nd	
<b>Total</b>		<b>44.777,3</b>	<b>100,0</b>	<b>317.210,56</b>	<b>100,0</b>	<b>608,4</b>

Fonte: MOFCOM (2011).

<sup>20</sup> "Accurately describing the nature of China's investments abroad is a challenge. A significant share of Chinese investments is directed through tax havens, making it difficult to discern the ultimate destination of those funds" (SALIDJANOVA, 2011, p. 2).

<sup>21</sup> "[...] Chinese outward direct investment is widely dispersed and spread in relatively small amounts. Ministry of Commerce statistics show that as of 2009, there were Chinese overseas investments in 177 countries or territories (including Hong Kong and Macau). Many of these equity investments are less than \$10 million. The Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) shows that within receiving countries, Chinese FDI is often subdivided among different sectors, with each of several sectors receiving small amounts of FDI (less than U.S. \$1 million per sector, and sometimes as little as U.S. \$10,000) [...]. The Chinese style of overseas investment also bucks international trends in another way. Rather than simply establishing wholly owned subsidiaries abroad, China is increasingly engaging in mergers and acquisitions (M&A)" (SALIDJANOVA, 2011, p. 3).

### O Perfil dos Investimentos Chineses no Exterior

Com base nas informações disponibilizadas pelo fDi Markets<sup>22</sup> é possível caracterizar o perfil dos investimentos chineses no exterior, especialmente no que se refere à sua distribuição espacial e setorial. Verifica-se, conforme sugerido, que os investimentos chineses são mais intensos em regiões ricas em recursos naturais e, por decorrência, em setores caracterizados dessa forma.

A Tabela 8 mostra o total dos investimentos no exterior anunciados por empresas originadas na China, na China mais Hong Kong e no mundo. O destino desses investimentos está agregado regionalmente (ver Apêndice B). Entre janeiro de 2005 e junho de 2011, as empresas chinesas anunciaram US\$ 180 bilhões em investimentos no exterior, equivalendo a 1,63% do total de investimentos mundiais – US\$ 11 trilhões. Ao se agregar os investimentos originados em Hong Kong, o volume de inversões chinesas sobe para US\$ 266 bilhões ou 2,41% do total mundial.

Ainda na Tabela 8 é fácil observar a maior intensidade relativa da presença de capitais chineses em regiões periféricas ricas em recursos naturais. Nos casos de África, América Latina e Oriente Médio, a participação da China, isoladamente, e com Hong Kong nos totais mundiais, excede à participação do total dos investimentos chineses no mundo. O Gráfico 6 mostra a distribuição regional dos investimentos chineses e mundiais anunciados. Assim, no período destacado, a África absorveu 9,7% dos investimentos mundiais e 19,5% dos capitais chineses; na América Latina, esses dados foram de, respectivamente, 4,5% e 14,7%; e no Oriente Médio, 4,6% e 11,6%.

**Tabela 8 - Investimentos Anunciados no Exterior, 2005-2011\***

	China	China e Hong Kong	Mundo	Participação (%)	
				Chi	Chin HK
	US\$ bilhões				
África	34	36	1.026	3,4	3,4
América do Norte	7	17	1.357	0,5	0,8
América Latina	24	28	495	5,0	5,8

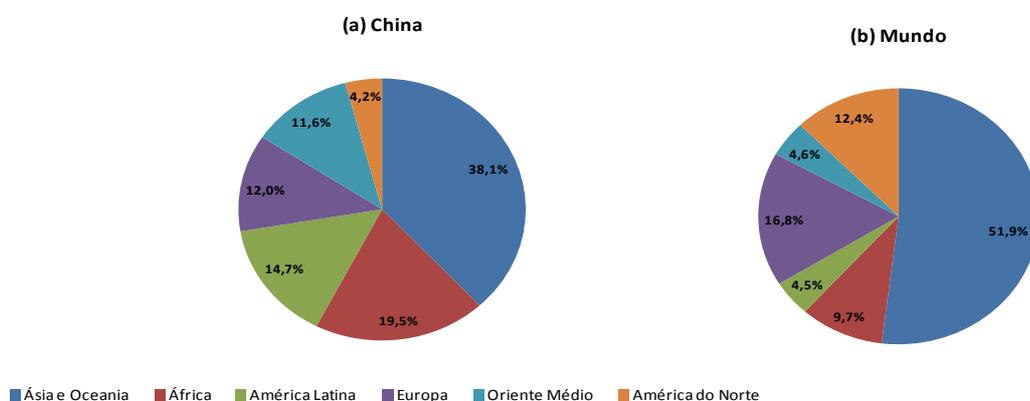
<sup>22</sup> Utiliza-se aqui a base de dados do fDi Markets (<http://www.fdimarkets.com>) sobre investimentos anunciados por empresas multinacionais. Os dados cobrem o período janeiro de 2005 até junho de 2011. Essa base fornece informações detalhadas sobre origem e destino (empresa, país, Estado/região, cidade), volumes anunciados e/ou estimados, empregos gerados, setor de atividade etc. A base é sensível com respeito ao período de coleta dos dados, à medida que são corrigidas, permanentemente, erros e omissões. Assim, por exemplo, um investimento anunciado em um período qualquer pode ser redimensionado e/ou cancelado; e isso pode se dar em um intervalo de tempo relativamente amplo. Há também: (i) defasagem de tempo entre anúncio e realização; (ii) operações cujos valores são estimados; (iii) possibilidade de reversão das operações; (iv) erros e omissões diversos. A grande vantagem dessa base é que cobre um universo amplo de informações de origem e destino de investimentos, que permite comparações e a construção de indicadores de desempenho relativo.

Ásia e Oceania	6,4	1,4	5,7	1,1	2,2
Europa	2,3	3,1	1,8	1,1	1,8
Oriente Médio	2,1	2,8	5,0	4,1	5,1
Total	1,05	2,34	11,47	1,1	2,4

Fonte dos dados brutos: FDI Markets (2011).

Nota: (\*) até junho.

**Gráfico 6 - Distribuição Regional dos Investimentos Anunciados, 2005-2011\***



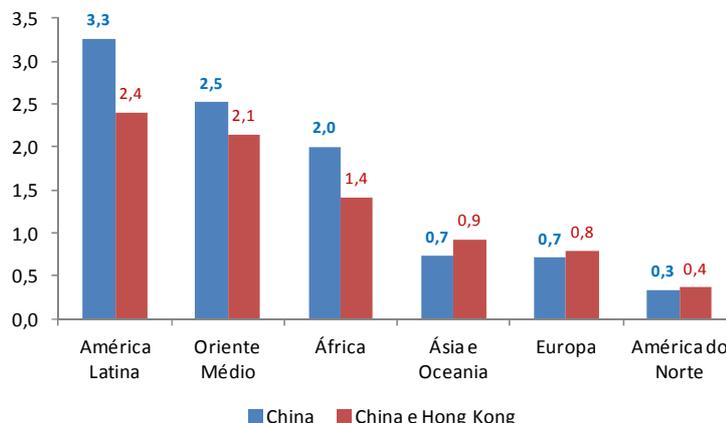
Fonte dos dados brutos: FDI Markets (2011).

Nota: (\*) até junho.

Para avaliar com maior precisão o tipo de direcionamento geográfico dos investimentos chineses, o Gráfico 7 reporta o índice de intensidade regional (IIR),<sup>23</sup> calculado em analogia aos tradicionais indicadores de intensidade de comércio. Um índice maior do que 1 indica que aquela região recebe investimentos com maior intensidade relativa, vale dizer, é mais importante para a economia chinesa do que para o conjunto das economias do mundo. Por esse indicador, o investimento chinês é entre duas e três vezes mais intenso na América Latina, África e Oriente Médio, do que o verificado no conjunto das economias do mundo.

<sup>23</sup> IIR =  $R_{ij}/R_{iw}$ . Onde:  $R_{ij}$  representa a participação da região "i" no total dos investimentos originados no "país j";  $R_{iw}$  é a participação da mesma região nos investimentos mundiais.

Gráfico 7 - Índice de Intensidade Regional dos Investimentos Chineses, 2005-2011\*



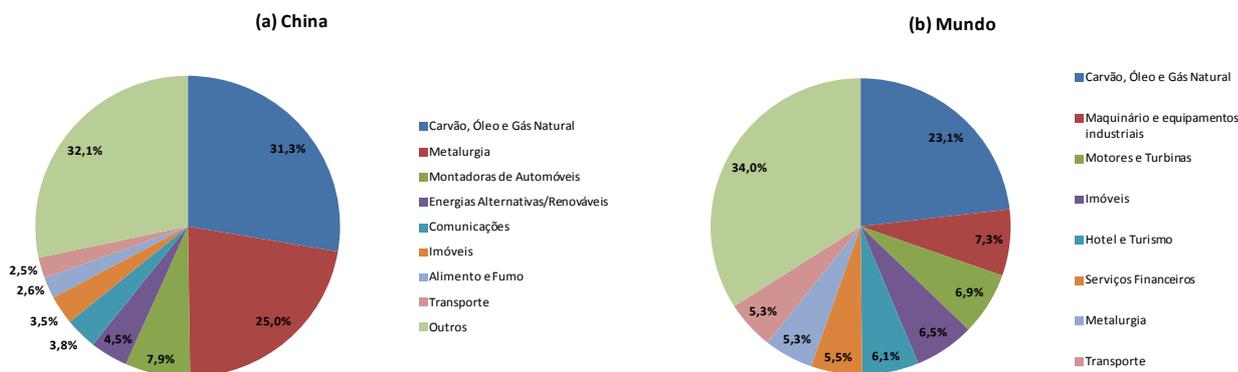
Fonte dos dados brutos: FDI Markets (2011).

Nota: (\*) até junho.

Do ponto de vista setorial, a base de dados do fDi Markets divide os investimentos anunciados em 39 setores. O Gráfico 8 mostra os oito principais setores de direcionamentos dos capitais chineses, em que se destacam os intensivos em recursos naturais: Carvão, Óleo e Gás Natural (31,3%), Metalurgia (25%), Montadoras de Automóveis (7,9%) e Energias Renováveis. O gráfico também reporta a distribuição setorial dos investimentos mundiais, igualmente liderado pelo setor de Carvão, Óleo e Gás Natural. Cabe observar, também, a maior concentração dos investimentos chineses, em que os dois (CR2) e cinco (CR5) principais setores respondem por, respectivamente, 56,3% e 72,5%; no mundo, esses indicadores são de 30,4% e 49,9%. Setores mais diretamente associados à extração e processamento de recursos naturais<sup>24</sup> responderam por 68% dos investimentos chineses, contra 41% dos investimentos mundiais.

<sup>24</sup> Carvão, Óleo e Gás Natural; Metalurgia; Energias Alternativas/Renováveis; Imóveis; Alimento e Fumo; Produtos de Madeira; Minerais; Papel e Embalagem; Bebidas; Borracha.

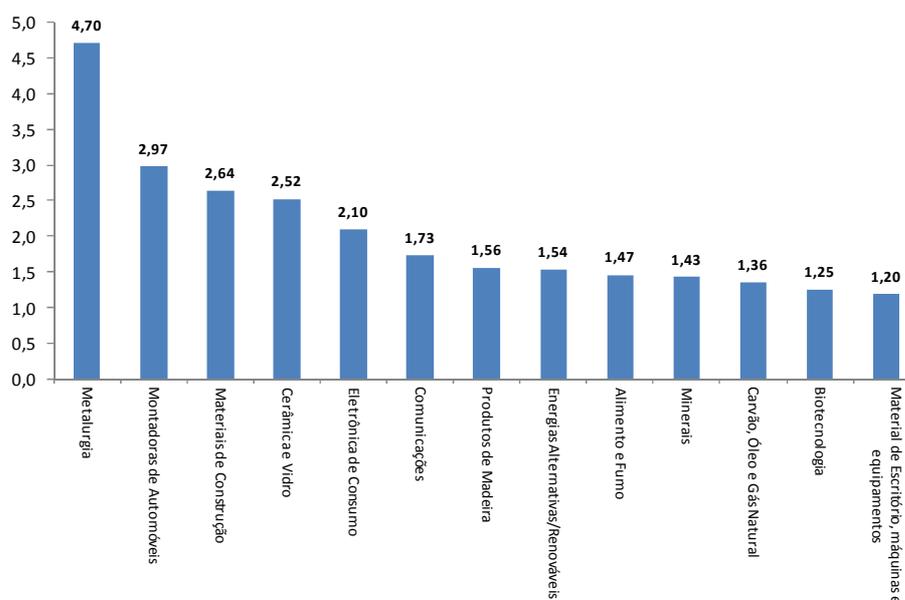
Gráfico 8 - Concentração Setorial dos Investimentos Anunciados na China e no Mundo, 2005-2011\*



Fonte dos dados brutos: FDI Markets (2011).  
 Nota: (\*) até junho.

O Gráfico 9 reporta o indicador de intensidade setorial (IIS)<sup>25</sup> dos investimentos chineses, calculado em analogia aos índices de vantagens comparativas reveladas. Um IIS maior do que a unidade revela que há maior intensidade do investimento chinês naquele setor do que o observado com o investimento mundial nesse mesmo setor. Dos 39 setores analisados, 13 apresentam um IIS maior do que a unidade, dos quais metade representa setores de extração ou processamento de recursos naturais. Os demais setores estão no Gráfico 10.

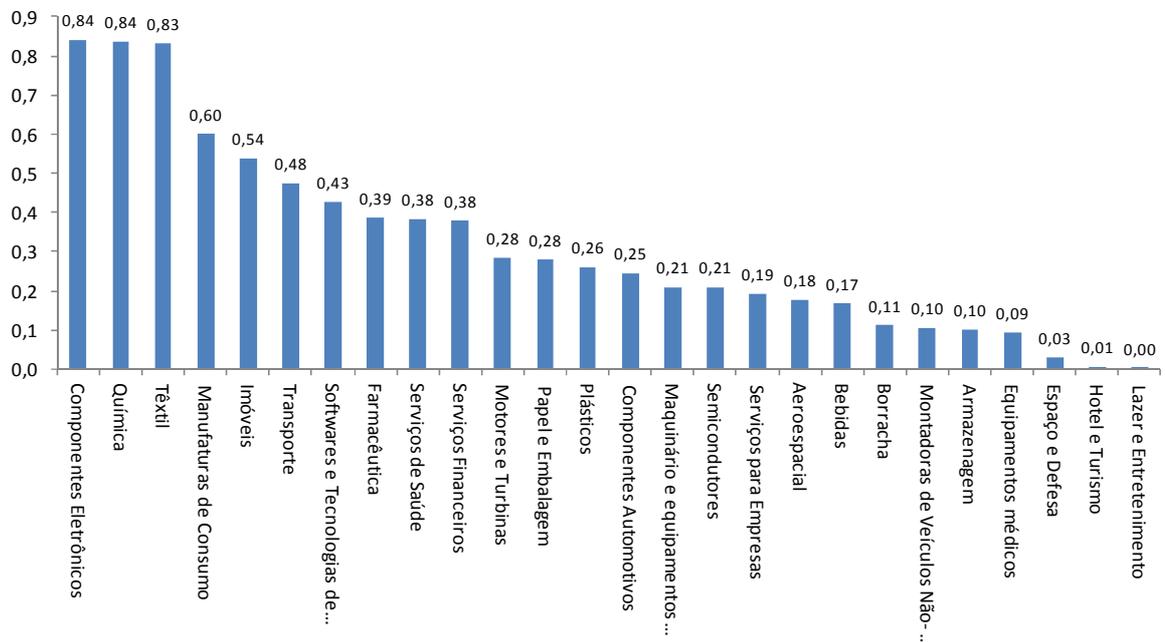
Gráfico 9 - Índice de Intensidade Setorial do IDE Chinês, 2005-2011\* - Setores com IIS > 1,00



Fonte dos dados brutos: FDI Markets (2011).  
 Nota: (\*) até junho.

<sup>25</sup> IIS = Spj/Spw. Onde: Spj representa a participação do setor “p” no total dos investimentos originados no “país j”; Spw é a participação do mesmo setor nos investimentos mundiais.

Gráfico 10 - Índice de Intensidade Setorial do IDE Chinês, 2005-2011\* - Setores com IIS < 1,00



Fonte dos dados brutos: FDI Markets (2011).

Nota: (\*) até junho.

Portanto, a partir dos dados compilados pela fDi Markets, é possível sugerir que os investimentos chineses no exterior, anunciados no período 2005-2011, (i) foram relativamente mais intensos na América Latina, na África e no Oriente Médio; e (ii) se concentraram em setores intensivos em recursos naturais, particularmente em Energia (carvão, óleo e gás) e Mineração/Metalurgia. É importante destacar que a presença do capital chinês se dá em todas as regiões e em um amplo leque de setores, sugerindo que, a despeito de uma potencial predominância de estratégias do tipo *resource seeking*, há, também, características de *market seeking* (especialmente em setores de serviços), *efficiency seeking* e *strategic asset seeking*.

A Heritage Foundation (SCISSORS, 2010, 2011) tem divulgado uma base de dados sobre operações de empresas chinesas no exterior, cujas estimativas se aproximam muito dos valores oficiais do Mofcom (2011) e da United Nations Conference on Trade and Development (2011), conforme a Tabela 1. Todavia, essa fonte se propõe a corrigir o que sugere serem distorções das fontes oficiais,<sup>26</sup> principalmente: (i) a definição do real destino final dos recursos, na medida em que

<sup>26</sup> "Official data from the PRC are not useful. There are no figures for sector investment, and the bulk of Chinese spending is assigned to Hong Kong though Hong Kong is merely a transit point. The Heritage Foundation's China Global Investment Tracker solves these problems by monitoring companies. Foreign parties are used as sources of information when possible. Chinese firms can be stingy with information, but do provide the country that is the final destination of the money and the nature of the project. As projects have become larger, the Heritage Foundations' tracker has become a closer match to revised official Chinese data--though ours

muitas empresas, por questões tributárias e/ou estratégicas, aportam recursos inicialmente em Hong Kong e/ou algum paraíso fiscal para, então, realizarem a inversão; (ii) subestimação da presença dos capitais chineses, na medida em que as fontes tradicionais não reportam contratos de construção e outros firmados por empresas chinesas; e (iii) ausência de dados sobre tentativas frustradas de aquisições no exterior.

Para o período que vai de janeiro de 2005 a junho de 2011, foram estimados investimentos realizados da ordem de US\$ 263 bilhões, contratos firmados por empresas chinesas para realização de diversas obras no exterior da ordem de US\$ 116 bilhões, e tentativas frustradas de investimentos que remontam a US\$ 165 bilhões.

A Tabela 9 fornece dados sobre os países de destino dos capitais chineses, considerando o rastreamento de onde, efetivamente, as empresas estão investindo. Nas bases oficiais (MOFCOM, 2011; UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2011) e nas estimativas do fDi Markets, Hong Kong aparece como principal destino do IDE chinês. De acordo com a Heritage Foundation (2011), Austrália, Estados Unidos e Brasil são os principais alvos das empresas chinesas, respondendo por cerca de um terço dos investimentos entre 2005 e 2011.

---

*comes out more quickly and with far more detail. The tracker also includes data on Chinese transactions that have suffered major setbacks. The most famous example is state-owned oil giant CNOOC's thwarted bid for UNOCAL, but there are dozens of others" (SCISSORS, 2010).*

Tabela 9 - Países de Destino dos Investimentos Chineses segundo a Heritage Foundation, 2005-2011\*

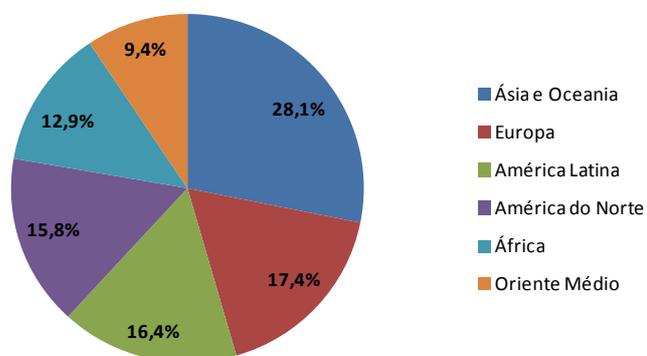
	US\$ milhões	Part (%)
Austrália	36.690	14,0%
EUA	30.400	11,6%
Brasil	16.670	6,3%
Argentina	11.540	4,4%
Canadá	11.000	4,2%
Irã	10.710	4,1%
Cazaquistão	9.770	3,7%
Grã-Bretanha	9.000	3,4%
Rússia	8.830	3,4%
Suíça	7.300	2,8%
Peru	7.190	2,7%
África do Sul	6.630	2,5%
Cingapura	6.520	2,5%
Rep. Democrática do Congo	5.890	2,2%
Niger	5.190	2,0%
Arábia Saudita	4.950	1,9%
França	4.860	1,9%
Indonésia	4.510	1,7%
Noruega	4.480	1,7%
Síria	3.760	1,4%
Outros	56.780	21,6%
<b>Total</b>	<b>262.670</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Heritage Foundation (2011).

Nota: (\*) Acumulado até junho.

O Gráfico 11 mostra a distribuição geográfica dos investimentos, tomando-se a mesma divisão utilizada para os dados do fDi Markets (Apêndice B).

Gráfico 11 - Distribuição Geográfica dos Investimentos Chineses, 2005-2011\* - Heritage Foundation



Fonte: Heritage Foundation (2011).

Nota: (\*) Acumulado até junho.

Percebe-se, pelo Gráfico 11 e pela Tabela 9, que as economias ricas em recursos naturais, localizadas na América Latina, na África e no Oriente Médio, bem como na Rússia (que está no agregado Europa), na Austrália (Ásia e Oceania), no Canadá, e as economias da Asean, são o destino principal dos investimentos. Tomando-se as agregações da fonte, verifica-se, uma vez mais, o predomínio dos setores de Energia e Mineração/Metalurgia, Siderurgia, e Química, seguido do setor de Finanças (Tabela 10).

**Tabela 10 - Distribuição Setorial dos Investimentos Chineses segundo a Heritage Foundation, 2005-2011\***

	Acumulado (US\$ milhões)	Participação (%)
Agricultura	7.030	2,7%
Construção	1.500	0,6%
Energia	121.210	46,1%
Finanças	34.330	13,1%
Metalurgia, Siderurgia, Química e Outros	74.580	28,4%
Imobiliário e Turismo	11.150	4,2%
Tecnologia e Telecomunicações	4.470	1,7%
Transporte (Montadoras de veículos e navios)	8.400	3,2%
Total	262.670	100,0%

Fonte: Heritage Foundation (2011).

Nota: (\*) Acumulado até junho.

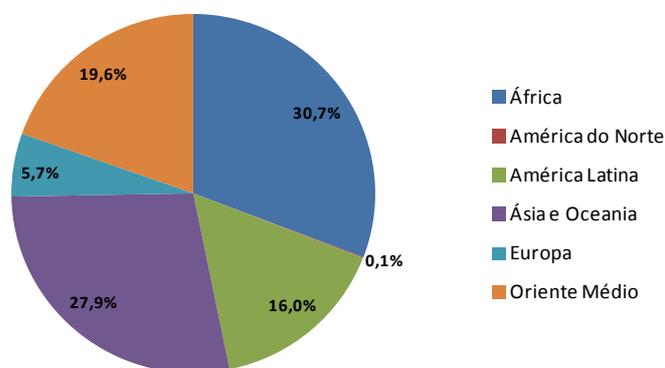
A Tabela 11 agrega valiosa informação sobre contratos realizados por empresas chinesas para a realização de obras no exterior. A mesma informação aparece distribuída geograficamente no Gráfico 12. Uma vez mais, destacam-se países periféricos, localizados principalmente na África, na Ásia e no Oriente Médio, tais como Nigéria, Argélia, Indonésia, Venezuela, Vietnã, Arábia Saudita e Irã, que, em conjunto, respondem por 51% dos recursos envolvidos.

**Tabela 11 - Contratos Realizados por Empresas Chinesas para Realização de Obras no Exterior, 2005-2011\***

País	Valor (US\$ milhões)	Part (%)
Nigéria	12.900	11,1%
Argélia	9.160	7,9%
Indonésia	8.950	7,7%
Venezuela	8.040	6,9%
Vietnã	7.180	6,2%
Arábia Saudita	6.880	5,9%
Irã	6.370	5,5%
Grécia	5.040	4,3%
Emirados Arabes Unidos	3.290	2,8%
Equador	3.240	2,8%
Miamar	2.780	2,4%
Líbia	2.600	2,2%
Bahamas	2.500	2,2%
Argentina	2.490	2,1%
Laos	2.490	2,1%
Outros	32.240	27,8%
<b>Total</b>	<b>116.150</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Heritage Foundation (2011).  
 Nota: (\*) Acumulado até junho.

**Gráfico 12 - Distribuição Geográfica dos Valores Contratados por Empresas Chinesas, 2005-2011\***



Fonte: Heritage Foundation (2011).  
 Nota: (\*) Acumulado até junho.

Por fim, a Heritage Foundation (2011) reporta os dados de operações problemáticas, cuja distribuição por países e regiões está, respectivamente, na Tabela 12 e no Gráfico 13. Se os investimentos e contratos bem-sucedidos se concentram na periferia capitalista, os casos problemáticos estão, principalmente, nas economias maduras localizadas na América do Norte – Estados Unidos e Canadá –, Europa – Alemanha, Luxemburgo, França, Grã-Bretanha e Rússia – e Oceania – Austrália. Há também registros importantes nas economias em desenvolvimento.

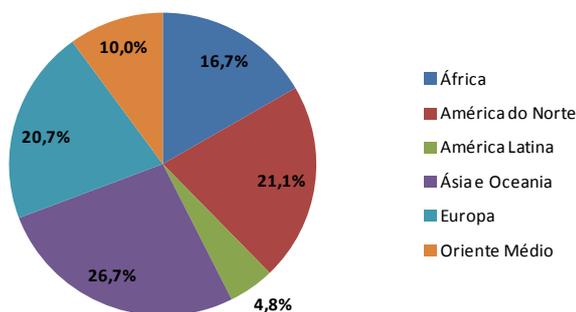
**Tabela 12 - Destinos das Aquisições Problemáticas de Empresas Chinesas, 2005-2011\***

	Valor (US\$ milhões)	Participação (%)
Austrália	29.850	14,1%
EUA	29.180	13,8%
Irã	16.000	7,6%
Alemanha	14.000	6,6%
Nigéria	10.280	4,9%
Líbia	7.700	3,6%
Bélgica	5.700	2,7%
Angola	5.490	2,6%
Canadá	5.390	2,6%
Luxemburgo	5.300	2,5%
Filipinas	5.130	2,4%
Miamar	3.600	1,7%
Grã-Bretonha	3.270	1,5%
Chile	3.200	1,5%
Rep. Dem do Congo	3.000	1,4%
Brasil	2.880	1,4%
França	2.710	1,3%
Rússia	2.500	1,2%
Cingapura	1.750	0,8%
Cazaquistão	1.710	0,8%
Peru	1.400	0,7%
Outros	50.970	24,2%
<b>Total</b>	<b>211.010</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Heritage Foundation (2011).

Nota: (\*) Acumulado até junho.

**Gráfico 13 - Distribuição Geográfica das Operações Problemáticas, 2005-2011\***



Fonte: Heritage Foundation (2011).

Nota: (\*) Acumulado até junho.

### O Brasil como Destino dos Investimentos Chineses

O contraste entre os dados oficiais e as estimativas de centros independentes de pesquisa aponta para importantes diferenças na mensuração da presença do capital chinês na economia brasileira. De acordo com o Mofcom (2011), o estoque de IDE chinês no Brasil, em 2010, foi de US\$ 923,7 milhões, ou 0,3% do total investido por empresas chinesas no exterior. Essa estimativa está bastante próxima das informações capturadas pelas autoridades brasileiras.

De acordo com os dados oficiais do Banco Central do Brasil, gerados a partir do *Censo 2006 de Capitais Estrangeiros no País - Ano-base: 2005*, a presença de capitais chineses no Brasil na forma de investimento direto era pouco significativa até 2005. Nesse ano, reportava-se um estoque de IDE chinês de US\$ 79,6 milhões, ou 0,049% dos US\$ 162,8 bilhões do conjunto de investidores estrangeiros. Mesmo com a incorporação de Hong Kong, tal participação seguia baixa, agora da ordem de US\$ 123 milhões ou 0,08% do total (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

Tomando-se os fluxos de entrada no período 2006-2011 e o valor de estoque em 2005 (Tabela 13), nota-se uma presença ainda incipiente da China como investidora, tendo em vista que, nesse mesmo período, essa potência asiática se transformou no principal parceiro comercial do Brasil. Assim, é possível assumir que (i) os dados oficiais chineses e brasileiros apontam para um estoque de capitais chineses no Brasil em um valor que se situa entre US\$ 800 e 900 milhões; (ii) mesmo em um agregado ampliado por Hong Kong, tais valores representariam pouco mais de 1% do total de IDE localizado no país.

**Tabela 13 - Dados Oficiais sobre a Presença do Capital Chinês no Brasil na Forma de IDE, 2005-2011\***

								Em US\$ milhões
	Estoque 2005	Fluxos						2005-2011*
		2006	2007	2008	2009	2010	2011*	
China	79,6	6,7	24,3	38,4	82,0	395,3	160,9	707,5
Hong Kong	43,4	101,4	13,6	34,0	33,9	83,3	2.073,2	2.339,3
China + Hong Kong	122,9	108,1	37,9	72,4	115,9	478,5	2.234,1	3.046,9
<b>Total</b>	<b>162.807,3</b>	<b>22.231,3</b>	<b>33.704,6</b>	<b>43.886,3</b>	<b>30.444,0</b>	<b>52.583,3</b>	<b>58.179,6</b>	<b>241.029,1</b>
Participações no total (%)								
China	0,05%	0,03%	0,07%	0,09%	0,27%	0,75%	0,28%	0,29%
China + Hong Kong	0,08%	0,49%	0,11%	0,16%	0,38%	0,91%	3,84%	1,26%
Fonte: Banco Central do Brasil - Notas para Imprensa - Setor Externo; Censo de Capitais Estrangeiros.								
(*) Acumulado janeiro-outubro								

Todavia, ao se observar outros levantamentos como os da Cepal (2011a, 2011b e 2011c),<sup>27</sup> de Acioly, Cintra e Pinto (2011)<sup>28</sup> e do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, 2011)<sup>29</sup> que buscam rastrear os anúncios de investimentos e a presença já formalizada de empresas chinesas no país, evidencia-se a existência de divergências não negligenciáveis na tentativa de mensurar esse importante fenômeno.

As observações anteriores de que as empresas chinesas tendem a utilizar Hong Kong e diversos paraísos fiscais como *hub* de acesso a terceiros países podem ser uma fonte de explicações para tais diferenças. Por conta disso, utiliza-se a base de dados da Heritage Foundation para se tentar estimar os principais investimentos chineses no Brasil. Cabe lembrar que essa fonte só reporta operações acima de US\$ 100 milhões, no período que vai de janeiro de 2005 a junho de 2011.

A Tabela 14 mostra um montante de US\$ 16,7 bilhões ou cinco vezes mais do que os fluxos acumulados de China e Hong Kong e reportados pelo Banco Central (Tabela 13). Também excede, em muito, as estimativas do Mofcom (2011) sobre o estoque de capitais chineses ao final de 2010.

---

<sup>27</sup> A Cepal aponta que os investimentos realizados e/ou anunciados, entre 1990 e 2009, foram de US\$ 255 milhões; em 2010, de US\$ 9.563 milhões; e, em 2011, de US\$ 9.870 milhões (CEPAL, 2011c, p. 25, Quadro 8).

<sup>28</sup> De acordo com esses autores, “As aquisições chinesas de empresas que operam no Brasil entre 2009 e 2010 cresceram tanto em termos de operações (de 1 para 5) quanto em termo de valor (de US\$ 0,4 bilhão para US\$ 14,9 bilhões). Estas aquisições ocorreram, sobretudo, no setor de petróleo (US\$ 10,17 bilhões) na exploração do pré-sal brasileiro. Os outros setores de atuação das empresas chinesas foram: financeiro (US\$ 1,8 bilhão), mineração (US\$ 1,22 bilhão) e energia elétrica (US\$ 1,72 bilhão) [...] Fica evidente a estratégia chinesa de garantir o acesso as fontes de recursos naturais, bem como o de tentar influenciar no preço desses setores”. Ademais: “As investidas do capital chinês no Brasil não ficaram concentradas apenas em atividades ligadas à exploração de petróleo e à siderurgia, na verdade, as empresas chinesas atreladas ao agronegócio têm comprado vastas propriedades rurais agricultáveis. O avanço chinês na compra de minas, áreas de exploração de petróleo e de terras para agropecuária [...] vêm provocando preocupações tanto nos setores empresariais quanto governamentais” (ACIOLY; CINTRA; PINTO, 2011, p. 40-41).

<sup>29</sup> “A estimativa do CEBC é que o valor investido pelas empresas chinesas em operações no Brasil, em 2010, foi de US\$ 12,669 bilhões. Esse valor fornece uma boa medida do interesse chinês no Brasil. Obviamente, ele não representa o impacto macroeconômico dos investimentos na economia brasileira, já que a maior parte desses US\$ 12,669 bilhões se refere à troca de controle entre empresas estrangeiras. Se subtrairmos essa mera troca de controle, obteremos um número surpreendentemente inferior: US\$ 1,510 bilhões” (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2011, p. 13).

**Tabela 14 - Investimentos Chineses no Brasil – Operações acima de US\$ 100 milhões**

Ano	Empresa Chinesa	Valor (US\$ milhões)	Participação Acionária	Parceiro/Alvo	Setor	Sub-Setor
2010	Sinopec	7.100	40%	Repsol	Energia	Petróleo
2010	Sinochem	3.070	40%	Peregrino field	Energia	Petróleo
2011	Chongqing Grain	2.410	n.i.	n.i.	Agricultura	n.i.
2010	East China Mineral Expl. and Devel. Bureau (Jiangsu)	1.200	n.i.	Itaminas	Metalurgia	Siderurgia
2010	State Grid	990	n.i.	Cobra, Elecnor and Isolux	Energia	n.i.
2009	CIC	500	n.i.	CVRD (Vale)	Metalurgia	Siderurgia
2010	Chery	400	n.i.	n.i.	Transporte	Automobilística
2009	Wuhan Iron and Steel	400	22%	MMX Mineracao	Metalurgia	Siderurgia
2010	CIC	200	n.i.	BTG Pactual	Finanças	Investimentos
2010	Sany Heavy Industry	200	n.i.	n.i.	Ativos Reais	Construção
2011	ZTE	200	n.i.	n.i.	Tecnologia	Telecomunicações
<b>Total</b>		<b>16.670</b>				

Fonte: Heritage Foundation (2011).

Essas operações se intensificaram no período pós-crise financeira global e se concentram fortemente nos setores intensivos em recursos naturais – petróleo e siderurgia -, em linha com o padrão mais geral da internacionalização chinesa, conforme verificado nas seções anteriores. Originam-se, predominantemente, de empresas estatais<sup>30</sup> e se concretizam por meio da aquisição de participação acionária, normalmente de outras empresas transacionais.<sup>31</sup>

Cabe observar ainda que não se está assumindo aqui que tal padrão seja estático. Não se deve descartar que, ao longo dos próximos anos, haja maior diversificação setorial dos investimentos, menor divergência entre os dados oficiais e de pesquisadores independentes, bem como ampliação das modalidades de *greenfield* e *joint-ventures*. Com respeito à questão da modalidade de entrada dos capitais chineses, deve-se lembrar que é importante construir políticas públicas mais ativas, no sentido da própria experiência chinesa de atração de investimentos, a qual priorizou a realização de parcerias entre as empresas estrangeiras e as nacionais.

<sup>30</sup> De acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China (2011, p. 7 ), “93% do capital dos investimentos no Brasil em 2010 são provenientes de Empresas Estatais Centrais (Central State-Owned Enterprises, ou simplesmente Central SOE). É válido supor que a predominância de empresas estatais não apenas reflete uma das características fundamentais da economia chinesa, como sugere que o interesse da China nestes investimentos não é temporário ou facilmente reversível. As Central SOE’s representam um conjunto de 123 grandes corporações, pertencentes a setores estratégicos da economia chinesa e que estão sob a supervisão direta do governo central. Esta supervisão é feita pela Stated-Owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC), que consiste em uma instituição com status de ministério, autorizada pelo Conselho de Estado a assumir a responsabilidade de investidor do patrimônio estatal nas Central SOE’s.”

<sup>31</sup> De acordo com o levantamento do Conselho Empresarial Brasil-China (2011, p. 8), fusões e aquisições parciais respondiam por 46% dos investimentos chineses no Brasil, ficando as fusões e aquisições parciais com 21%, a modalidade *greenfield* com 23% e as *joint-ventures* com 10%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Boletim avaliou a evolução da posição da China enquanto fonte de investimentos diretos no exterior (IDE). Verificou-se que:

- I. Há divergências importantes entre as fontes oficiais de mensuração do IDE chinês – Mofcom, Unctad e Banco Central do Brasil – e as avaliações de diversos centros de pesquisa e de pesquisadores independentes. Tais diferenças traduzem questões metodológicas, associadas à forma de registro dos capitais chineses, e estratégicas, tais como a utilização de paraísos fiscais e de Hong Kong como *hubs* financeiros como registros formais, mas não reais, do destino final dos recursos. Diferentes fontes, como a Heritage Foundation, a fDi Markets, a Cepal, procuram corrigir tais distorções em potencial por meio da identificação, empresa por empresa, dos anúncios e realizações dos investimentos.
- II. A despeito dessas dificuldades, parece estar claro que há um movimento de aceleração do IDE chinês na primeira década do século XXI, especialmente após a crise financeira global. É razoável assumir que os fluxos acumulados de investimentos chineses no período 2005-2010 tenham excedido os US\$ 200 bilhões e que o estoque atual de IDE chinês esteja na casa do US\$ 300 bilhões.
- III. A despeito da velocidade recente, essa posição ainda não reflete plenamente o potencial chinês. Basta lembrar que os ativos de reserva controlados pelo Banco do Povo da China, ou mais especificamente, pela Safe, ultrapassam os US\$ 3 trilhões. Ademais, a China já é a segunda maior economia do mundo e o principal *trader*. Portanto, deve-se esperar a ampliação da presença das empresas chinesas como investidoras ao redor do mundo.
- IV. O governo chinês, tanto através da política de “Going Global”, quanto pelo controle direto das empresas estatais que lideram o processo de extroversão produtiva, e a influência sobre os conglomerados privados, tem delineado os rumos da internacionalização dos capitais nacionais, em linha com a estratégia de desenvolvimento do país. Assim, a busca de recursos naturais e de acesso a ativos estratégicos e mercados consumidores são os vetores principais do IDE chinês, aspecto coerente com a literatura sobre os determinantes do IDE.
- V. Do ponto de vista regional, os investimentos chineses têm sido particularmente mais intensos em países e regiões periféricas e/ou ricas em recursos naturais, notadamente na África, na América

Latina e no Oriente Médio. Setorialmente, as áreas de Energia e Mineração/Metalurgia/Siderurgia ganham destaque.

- VI. A presença de capitais chineses no Brasil se intensificou a partir de 2009. Estimativas não oficiais sugerem que aportaram e/ou estão por se realizar investimentos entre US\$ 12 e US\$ 17 bilhões. Essas operações se intensificaram no período pós-crise financeira global e se concentram, fortemente, nos setores intensivos em recursos naturais – petróleo e siderurgia, em linha com o padrão mais geral da internacionalização chinesa. Originam-se, predominantemente, de empresas estatais e se concretizam por meio da aquisição de participação acionária, normalmente de outras empresas transacionais.

O elevado dinamismo do avanço chinês na esfera internacional, em suas múltiplas dimensões, em um momento em que a economia mundial atravessa o período de maior instabilidade desde o término da Segunda Grande Guerra Mundial, sugere ser importante manter um monitoramento permanente das origens e implicações em potencial dos fluxos comerciais e de investimentos originados na China. Reduzir riscos e potencializar benefícios associados aos vários aspectos de complementaridade estratégica existentes entre Brasil e China são desafios para os formuladores de política brasileiros.

A maior economia do hemisfério Sul demanda recursos para a modernização de sua infraestrutura física e para o fortalecimento de sua produção industrial, ao passo que o gigante asiático necessita de recursos naturais e de mercados consumidores para a manutenção de sua trajetória de desenvolvimento. Essa combinação cria vetores de aproximação, mas, também, de conflito em potencial. Talvez a principal inspiração para potencializar os benefícios do crescimento e internacionalização da China seja a própria forma como esse país lidou com a atração de capital estrangeiro nos últimos trinta anos, vale dizer, priorizando parcerias com empresas nacionais e colocando sua estratégia de desenvolvimento e, com isso, o interesse nacional, como medida última das políticas adotadas.

## REFERÊNCIAS

ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. **As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Mimeo – Grupo de Trabalho sobre a China.

ANGANG HU. **China and the World: assessment and prospect of the “post-crisis” era**. Oxford: Department of International Development, University of Oxford, 2010. (TMD Working Paper Series, n. 040).

APCO. **China’s 12th Five-Year Plan**. How it actually works and what’s in store for the next five years, December. APCO Worldwide, 2010. Disponível em: <[http://www.apcoworldwide.com/content/pdfs/chinas\\_12th\\_five-year\\_plan.pdf](http://www.apcoworldwide.com/content/pdfs/chinas_12th_five-year_plan.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2011.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

BABONES, S. The Middling Kingdom: The hype and the reality of China’s rise. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 5, p. 79-88, Sept./Oct. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Censo 2006 de capitais estrangeiros no país: data-base 2005. 2006*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?CENSO2005P>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

BAYLIS, J.; SMITH, S. **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. New York: Oxford University Press, 2001.

BLÖNIGEN, B. A Review of the Empirical Literature on FDI Determinants. **Atlantic Economic Journal**, v. 33, p. 383-403, 2005.

\_\_\_\_\_. Foreign direct investment. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. (Ed.). **The New Palgrave Dictionary of Economics**. 2<sup>nd</sup> ed. Palgrave Macmillan, 2008.

CAMPOS, N.; KINOSHITA, Y. Why does FDI go where it goes? New evidence from the transition economies. In: AJAYI, I. (Org.). **Foreign direct investment in Sub-Saharan Africa: origins, targets, impact and potential**. Nairobi: African Economic Research Consortium, 2006.

CANTWELL, J.; NARULA, R. The eclectic paradigm in the global economy. **International Journal of the Economics of Business**, v.8, n.2, p.155-172, 2001.

CASEY, J.; KOLESKI, K. Backgrounder: China’s 12th Five-Year Plan. **U.S.-China Economic & Security Review Commission**, June 24, 2011. Disponível em: <[http://www.uscc.gov/researchpapers/2011/12th-FiveYearPlan\\_062811.pdf](http://www.uscc.gov/researchpapers/2011/12th-FiveYearPlan_062811.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2011.

CAVES, R. E. International corporations: the industrial economics of foreign investment. **Economica**, v. 38, n. 149, p. 1-27, Fev. 1971.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. East and Southeast Asia: China. **The World Factbook**. Washington, DC: CIA, 2010. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil: uma nova fase da relação Brasil-China**. São Paulo: CEBC, maio 2011.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2010**. Santiago de Chile: Cepal, Mayo 2011a. Disponível em: <<http://eclac.org.cl>>. Acesso em: 1 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial**. Santiago de Chile: Cepal, Jun. 2011b. Disponível em: <<http://eclac.org.cl>>. Acesso em: 1 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Panorama de la inserción internacional de la América Latina y el Caribe 2010-2011**. Santiago de Chile: Cepal, Sept. 2011c. Disponível em: <<http://eclac.org.cl>>. Acesso em: 1 out. 2011.

CHAKRABARTI, A. The determinants of foreign direct investment: sensitivity analyses of cross-country regressions. **Kyklos**, v. 54, 2001.

CLARK, I. China and the United States: a succession of hegemonies? **International Affairs**, v. 87, n. 1, January, p. 13–28, 2011.

CRANDALL, R. The Post-American Hemisphere. Power and Politics in an Autonomous Latin America. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 3, p. 83-95, May/Jun. 2011.

DUNNING, J. **Alliance capitalism and global business**. New York: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. **Explaining International Production**. London: London Unwin Hyman, 1988.

\_\_\_\_\_. **Multinational enterprises and the global economy**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1993.

\_\_\_\_\_. **Studies in International Investment**. London: Allen and Unwin, 1970.

\_\_\_\_\_. The eclectic (OLI) paradigm of international production: past, present and future. **International Journal of the Economics of Business**, v. 8, n. 2, p. 173-190, 2001.

fDiMarkets.com. Disponível em: <<http://www.fdimarkets.com>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

GARIBALDI, P. et al. What moves capital to transition Economies. **IMF Staff Papers**, v. 48, Special Issue, 2001.

GILL, I.; KHARAS, H. **An East Asian Renaissance: ideas for economic growth**. Washington: World Bank, 2007.

GILPIN, R. **Global Political Economy: understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **O desafio do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GLOBERMAN, S.; SHAPIRO, D. Global foreign direct investment flows: the role of governance infrastructure. **World Development**, v. 30, n. 11, p. 1899-1919, Nov. 2011.

GOLDMAN SACHS. **BRICs and Beyond**. The Goldman Sachs Group/Global Economics Department, 2007. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/index.html>>. Acesso em: 1 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Is this the “Brics decade”? **BRICs Monthly**, n. 10/03, May, 2010. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-decade.html>>. Acesso em: 2 set. 2011.

\_\_\_\_\_. The BRICs remain in the fast lane. **BRICs Monthly**, n. 11/06, Jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-remain-in-the-fast-lane.html>>. Acesso em: 10 set. 2011.

GROSS, B. On the “course” to a new normal. **Investment Outlook: PIMCO**, Sept. 2009. Disponível em: <<http://www.pimco.com/LeftNav/Featured+Market+Commentary/10/2009/Gross+Sept+On+the+Course+to+a+New+Normal.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2010.

HALPER, S. **The Beijing Consensus: how China’s authoritarian model will dominate the twenty-first century**. New York, Basic Books, 2010.

HERITAGE FOUNDATION. **China Global Investment Tracker 2011**. Heritage Foundation, 2011. Disponível em: <<http://www.heritage.org/Research/Reports/2011/01/China-Global-Investment-Tracker-2011>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HYMER, S. **The international operations of national firms: a study of direct foreign investment**. Boston: MIT, 1960. Tese de Doutorado.

IKENBERRY, G. J. The Future of the Liberal World Order: internationalism after America. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 3, p. 56-68, May/Jun. 2011.

INTERNATIONAL HUMAN DEVELOPMENT INDICATORS. **China**: Country Profile: Human Development Indicators. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/CHN.html>>. Acesso em: 10 maio 2011.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook Database, April**. Washington, DC: IMF, 2011a. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **World Economic Outlook**, September. Washington, DC: IMF, 2011b. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/index.htm>>. Acesso em: 14 out. 2011.

JENKINS, R. China's Global Expansion and Latin America. **Journal of Latin American Studies**, v. 42, part 4, p. 809–837, Nov. 2010.

JOHANSON J.; VAHLNE J-E. Management of foreign market entry. **Scandinavian International Business Review**, v. 1, n. 3, p. 9-27, 1992.

\_\_\_\_\_. The Internationalization process of the firm: a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. **Journal of International Business Studies**, v. 8, n. 1, p. 23-31, 1977.

\_\_\_\_\_. The Mechanism of Internationalization. **International Marketing Review**, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

JOHANSON J.; WIEDERSHEIM-PAUL, F. The Internationalization of the Firm: four Swedish cases. **Journal of Management Studies**, v. 12, p. 305-322, 1975.

KANG, D. C. **China Rising**: peace, power and order in East Asia. Columbia University Press, 2007.

KINDLEBERGER, C. **Power and money**: the economics of international politics and the politics of international economics. New York: Basic Books, 1970.

KISSINGER, H. **On China**. Penguin Press HC, 2011.

KURLANTZICK, J. **Charm Offensive**: how China's soft power is transforming the World. New Republic Book, 2007.

LANE, P.; MILESI-FERRETTI, G. **External capital structure**: theory and evidence. London: Centre for Economic and Policy Research, 2000. (Discussion Paper, 2583).

LI, Q. **Political violence and foreign direct investment**. 2005. Manuscrito. Disponível em: <[http://nathanjensen.wustl.edu/me/files/WP1\\_06.pdf](http://nathanjensen.wustl.edu/me/files/WP1_06.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2009.

LI, Q.; RESNICK, A. Reversal of fortunes: democracy, property rights and foreign direct investment inflows in developing countries. **International Organization**, v. 57, 2003.

MACHINEA, J. L., VERA, C. **Comercio, Inversión Directa e Políticas Productivas**. Santiago de Chile: Cepal, 2006. (Serie Informes e Estudios Especiales, n. 16).

MEARSHEIMER, J. J. China's unpeaceful rise. **Current History**, v. 105, n. 690, p. 160-162, Apr. 2006. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/all-pubs.html>>. Acesso em: 5 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Imperial by Design. **The National Interest**, n. 111, p. 16-34, Jan./Feb. 2010. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/all-pubs.html>>. Acesso em: 5 set. 2011.

MEDEIROS, C. A. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, Jul./Sept. 2006.

MOFCOM. **2010 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment**. Beijing: Ministry of Commerce, People's Republic of China, 2011.

MORAN, T. H. China's strategy to secure natural resources: risks, dangers, and opportunities. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, Jul. 2010. (Policy Analyses in International Economics, 92).

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Global Trends 2025: a transformed world**. Washington, DC: National Intelligence Council, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mapping the global future**. Washington, DC: National Intelligence Council, 2005.

NAUGHTON, B. **The Chinese Economy: transitions and growth**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2007.

NYE JR, J. S. N. The Future of American Power: dominance and decline in perspective. **Foreign Affairs**, v. 89, n. 6, p. 2-12, Nov./Dec. 2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Foreign Direct Investment for Development: maximising benefits, minimising costs**. Genebra: OECD, 2002.

OLSON, S.; PRESTOWITZ, C. **The evolving role of China in International Institutions**. U.S.-China Economic and Security Review Commission Research Archive, Jan. 2011. Disponível em: <[http://www.uscc.gov/researchpapers/research\\_archive.php](http://www.uscc.gov/researchpapers/research_archive.php)>. Acesso em: 14 out. 2011.

PAUS, E. The rise of China: implications for Latin American development. **Development Policy Review**, v. 27, n. 4, p. 419-56, 2009.

PETRELLA, R. Globalização e internacionalização – a dinâmica da emergente ordem mundial. In: BOYER, R. (org.). **Estados contra Mercados – os limites da globalização**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

PHILLIPS, N. **Consequences of an emerging China: Is development space disappearing for Latin America and the Caribbean?** Waterloo ON: Centre for International Governance Innovation, 2007. (Working Paper n. 14).

ROSALES, O. **Espacios de convergencia y de cooperación regional**, LC/L.3201. Santiago, Chile: CEPAL, Feb. 2010.

RUESGA, S. et al. **Impactos de las inversiones españolas en las economías latinoamericanas**. Madrid: Marcial Pons, 2008.

SALIDJANOVA, N. Going out: an overview of China's outward foreign direct investment. **U.S.-China Economic and Security Review Commission Research Archive**, Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.uscc.gov/researchpapers/research\\_archive.php](http://www.uscc.gov/researchpapers/research_archive.php)>. Acesso em: 10 out. 2011.

SCISSORS, D. **China's Investment Overseas in 2010**. The Heritage Foundation, 2011. Disponível em: <<http://www.heritage.org/Research/Reports/2011/02/Chinas-Investment-Overseas-in-2010>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Where China Invests, And Why It Matters**, 17/08/2010. Forbes, 2010. Disponível em: <<http://www.forbes.com/2010/08/17/china-spending-investment-overseas-markets-economy-china-tracker.html>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

SPENCE, M. Emerging financial markets after the global financial crisis. *PIMCO Viewpoints*, Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.pimco.com/LeftNav/Viewpoints/2009/Emerging+Financial+Markets+Spence+August.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2010.

STEIL, B.; LITAN, R.E. **Financial Statecraft**: the role of financial markets in American foreign policy. New Haven: Yale University Press, 2006.

STOPFORD, J.; STRANGE, S. **Rival states, rival firms**: competition for world market shares. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SUBRAMANIAN, A. The Inevitable Superpower: Why China's Dominance is a Sure Thing. *Foreign Affairs*, September/October, Vol., N. 5, p. 66-78, 2011.

SZAMOSSZEGI, A.; KYLE, C. An analysis of State-owned enterprises and State Capitalism in China. **U.S.-China Economic and Security Review Commission Research Archive**, Oct. 2011. Disponível em: <[http://www.uscc.gov/researchpapers/research\\_archive.php](http://www.uscc.gov/researchpapers/research_archive.php)>. Acesso em: 18 out. 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **China: country fact sheet**. World Investment Report, 2011. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Foreign Direct Investment Database**. Disponível em: <<http://stats.unctad.org/fdi>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Trade and Development Report, 2011**. Geneva: UNCTAD, 2011c.

\_\_\_\_\_. **World Investment Report 1998: trends and determinants.** New York and Geneva: United Nations, 1998.

\_\_\_\_\_. **World Investment Report, 2006.** Geneva: UNCTAD, 2006.

\_\_\_\_\_. **World Investment Report, 2011.** Geneva: UNCTAD, 2011a.

VERNON, R. International investment and international trade in the product cycle. **Quarterly Journal of Economics**, v.80, n.2, p. 190-207, 1966.

\_\_\_\_\_. **Tempestade sobre as multinacionais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

WORLD BANK. **China Quarterly Update:** April. Washington, DC: World Bank, 2011a. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/news/2011/04/28/china-quarterly-update-april-2011>>. Acesso em: 10 set. 2011.

\_\_\_\_\_. China. **Doing Business.** Washington, DC: World Bank, 2011b. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/china>>. Acesso em: 10 maio 2011.

\_\_\_\_\_. Economy Rankings. **Doing Business.** Washington, DC: World Bank, 2011c. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/rankings>>. Acesso em: 10 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **How we classify countries.** Washington, DC: World Bank, 2011d. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/about/country-classifications>>. Acesso em: 2 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **World Development Indicators.** Washington, DC: World Bank. (diversos anos).

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Competitiveness Report 2010-2011.* Geneva: World Economic Forum, 2010. Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GlobalCompetitivenessReport\\_2010-11.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2010-11.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2010.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **International Trade Statistics.** Geneva: WTO. (diversos anos).

\_\_\_\_\_. Restructuring and further trade liberalization are keys to sustaining growth. **Trade Policy Review:** China. 2010. Disponível em: <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/tp\\_r\\_e/tp330\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/tp_r_e/tp330_e.htm)>. Acesso em: 10 set. 2011.

WU JIGLIAN. Does China need to change its industrializations path? In: GILL, I.; HUANG, Y.; KHARAS, H. (Ed.). **East Asian Visions.** Washington: World Bank, 2006.

\_\_\_\_\_. **Understanding and interpreting Chinese economic reform.** Mason: Thomson, 2005.

YUFAN HAO, C. X.; WEI, G.; DITTMER, L. (Ed.). **Challenges to Chinese foreign policy: diplomacy, globalization and the next world power.** The University Press ff Kentucky, 2009.

ZHENG BIJIAN. **China's peaceful rise**: speeches of Zheng Bijian 1997-2004. The Brookings Institution, 2005. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/events/2005/0616china.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2011.

\_\_\_\_\_. The internal and external environments of China's development over the next five years. In: GILL, I.; HUANG, Y.; KHARAS, H. (Ed.). **East Asian Visions**. Washington: World Bank, 2006.

ZWEING, D.; JIANHAI, B. China's global hunt for energy. **Foreign Affairs**, New York, v, 84, n. 5. 2005.

**APÊNDICE A - Empresas chinesas com investimentos no exterior, 2005-2011\***

Empresa	Setor	US milhões	Participa o %
Sinopec	Energia	36.740	14,0%
CNPC	Energia	36.5	13,9%
CIC	Finanças	27.1	10,3%
Chinalco	Alumínio	20.9	8,0%
CNOOC	Energia	15.4	5,9%
SAFE	Finanças	7.4	2,8%
China Metallurgical	Metalurgia	7.2	2,8%
ICBC	Finanças	6.9	2,7%
CITIC	Energia/Mineração	6.8	2,6%
Minmetals	Mineração/Metalurg	6.5	2,5%
Sinochem	Energia/Agricultura	6.3	2,4%
Huaneng Power	Energia	4.2	1,6%
Yanzhou Coal	Energia	3.8	1,5%
China Development Bank	Finanças	3.8	1,5%
Sinomach	Transportes/Metalu	3.5	1,3%
Eximbank	Finanças	3.0	1,1%
SinoSteel	Siderurgia	2.7	1,0%
Ping An	Finanças	2.7	1,0%
ChemChina	Química	2.6	1,0%
Three Gorges	Energia	2.4	0,9%
Chongqing Grain	Agricultura	2.4	0,9%
Anhui Conch Cement	Construção	2.3	0,9%
Datang Power and Boading Tianwei	Energia	2.0	0,8%
Shangdi Guanqun	Construção	2.0	0,8%
Shunde Rixin and Minmetals	Siderurgia	1.9	0,7%
Wanhua Industrial	Química	1.8	0,7%
Geely Auto	Automobilística	1.8	0,7%
Ashima Cultural Group	Construção	1.5	0,6%
Heilongjiang Beidahuang Nongken	Agricultura	1.4	0,6%
Shandong Iron	Metalurgia	1.4	0,6%
China Nonferrous	Mineração	1.4	0,5%
Bosai Minerals	Alumínio	1.2	0,5%
East China Mineral Expl. and Devel. Bureau (Jiangsu)	Siderurgia	1.2	0,5%
China Railway Engineering	Metalurgia	1.1	0,5%
Wuhan Iron and Steel	Siderurgia	1.1	0,4%
China Merchants Group	Navegação	1.0	0,4%
Shaanxi Chemical Corporation	Química	1.0	0,4%
Shougang Group	Siderurgia	1.0	0,4%
Tianjin Pipe	Manufaturas	1.0	0,4%
Tianyu Group	Imobiliário	1.0	0,4%
Unicom	Telecomunicação	1.0	0,4%
State Grid	Energia	99	0,4%
Jinchuan	Mineração/Metalurg	98	0,4%
Bank of China	Finanças	97	0,4%
China Railway Construction	Construção/Transpo	85	0,3%
Lenovo	Tecnologia	85	0,3%

# Análise Apex-Brasil

## CONJUNTURA & ESTRATÉGIA

Hunan Valin Iron & Steel	Siderurgia	77	0,3%
China Mobile	Telecomunicações	76	0,3%
Datong	Energia	75	0,3%
Taiyuan Iron consortium	Imobiliário	75	0,3%
Bluestar	Química	70	0,3%
Tencent	Tecnologia	70	0,3%
Sany Heavy Industry	Construção	69	0,3%
Huadian	Energia	65	0,2%
Anshan Iron	Siderurgia	63	0,2%
Tongling Nonferrous and China Railway			
Construction	Mineração	63	0,2%
HNA	Turismo	62	0,2%
Chery	Automobilística	60	0,2%
Shenhua	Energia	59	0,2%
Group of Shanghai state firms	Imobiliário	55	0,2%
Guangdong Rising Asset Management	Mineração	54	0,2%
China Unicom	Metalurgia	50	0,2%
SAIC	Automobilística	50	0,2%
Xiyang Group	Siderurgia	48	0,2%
China International Marine Containers	Navegação	47	0,2%
Tempo Group and Beijing city	Automobilística	44	0,2%
AVIC	Aviação	39	0,1%
Beiqi Foton	Automobilística	38	0,1%
Jiangsu Shagang and RGL Group	Siderurgia	36	0,1%
China National Building Material	Construção	35	0,1%
Shanghai Auto	Automobilística	35	0,1%
Zhejiang Youngman Lotus and Pang Da Au	Automobilística	35	0,1%
China Life	Finanças	26	0,1%
China Railway Materials	Metalurgia	26	0,1%
Hopu	Energia	25	0,1%
Zoomlion	Construção	25	0,1%
Baosteel	Siderurgia	24	0,1%
China Nickel Resources	Siderurgia	22	0,1%
BAIC	Automobilística	20	0,1%
Mindray Medical	Tecnologia	20	0,1%
Minsheng Bank	Finanças	20	0,1%
Shanghai Pengxin	Agricultura	20	0,1%
ZTE	Tecnologia	20	0,1%
Baiyin Non-Ferrous, CITIC & Chang Xin	Metalurgia	19	0,1%
China National Nuclear	Energia	19	0,1%
Zijin, Tongling, and Xiamen C&D	Mineração/Metalurgia	19	0,1%
Sichuan Hanlong	Siderurgia	18	0,1%
Shandong Nanshan Aluminum	Alumínio	16	0,1%
Wuxi PharmaTech	Tecnologia	16	0,1%
Jinjiang International Hotels	Turismo	15	0,1%
China National Cereals, Oils and Foodstuff	Agricultura	14	0,1%
Hanlong	Mineração	14	0,1%
LinkGlobal Logistics	Transporte/Aviação	13	0,0%
Fosun International	Manufaturas	12	0,0%
Great Wall Motor	Automobilística	12	0,0%
Youngor	Manufaturas	12	0,0%
Jiangxi Copper	Mineração/Metalurgia	11	0,0%
Suntech	Energia	11	0,0%
Beijing West Industries	Automobilística	10	0,0%
First Auto Works	Automobilística	10	0,0%

# Análise Apex-Brasil CONJUNTURA & ESTRATÉGIA

Najinzhao	Siderurgia	10	0,0%
Shanda Games	Tecnologia	10	0,0%
State Construction Engineering	Turismo	10	0,0%
Yunnan Chihong	Mineração/Metalurgia	10	0,0%
Zijin Mining	Mineração/Metalurgia	10	0,0%
<b>Total</b>		<b>2620</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Heritage Foundation (2011).

Nota: (\*) Acumulado até junho.

## **APÊNDICE B – Agregados regionais (sempre que há informações disponíveis)**

**1. África:** África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malavi, Mali, Marrocos, Maurício, Mauritânia, Mayotte, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Rep. Centro-Africana, Rep. Democrática do Congo, Reunião, Ruanda, Saara Ocidental, Santa Helena, São Tome e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

**2. América Latina:** Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Rep. Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

**3. América do Norte:** Bermuda, Canadá, Estados Unidos, Greenland e México.

**4. Ásia e Oceania:** **Ásia** - Afeganistão, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Cazaquistão, China, Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Filipinas, Hong Kong, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Mianmar (Birmânia), Mongólia, Nepal, Paquistão, Quirguistão, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Taiwan (Formosa), Timor Leste, Turcomenistão, Uzbequistão e Vietnã; **Oceania:** Austrália, Fiji, Guam, Ilha Norfolk, Ilhas Cook, Ilhas Marianas do Norte, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Ilhas Wallis e Futuna, Kiribati, Micronésia, Estados Federados da Nauru, Niue, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Pitcairn, Polinésia Francesa, Samoa, Samoa Americana, Tonga, Toquelau, Tuvalu e Vanuatu.

**5. Europa – Europa Ocidental:** Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Gibraltar, Grécia, Guernsey, Ilha de Man, Ilhas Åland, Ilhas do Canal, Ilhas Feroe, Ilhas Svalbard e Jan Mayen, Irlanda, Islândia, Itália, Jersey, Liechtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Países Baixos (Holanda), Portugal, Reino Unido, San Marino, Suécia, Suíça e Turquia; **Leste Europeu:** Albânia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Hungria, Letônia, Lituânia, Macedônia, Malta, Moldova, Montenegro, Polônia, Rep. Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia e Ucrânia.

**6. Oriente Médio:** Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Palestina e Síria.